

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

CAROLINA BONOMI

Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?

CAMPINAS

2017

CAROLINA BONOMI

Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?

Monografia apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientação: Ângela Maria Carneiro de Araújo

CAMPINAS

2017

À tod@s @s Kayla, Dandara, Laryssa, Sheila, Joyce, Lalá, Pâmela, Ketlin, Chaiane, Fernanda, Thadeu, Sophia, Samaielly, Layza, Eloá, Pinha, Marroni, Samilly, Gaby, Herica, Vitória, Camila, Bianka, Uilca, Paulina, Paola, Bruninha, Camilinha, Lexia, Gabrielle, Jennifer, Sandra, Rubi, Michelly, Lorrane, Emanuele, Camila, Mirella, Morgana, Agatha, Paola, Agatha, Lady Dayana, Sandra, Miranda, Aila, Larissa, Geisa, Laura Vermont.

Agradecimentos

Meu ingresso nas Ciências Sociais foi por acaso. Queria prestar Psicologia, mas em uma das conversas com minha Tia Marcela, daquelas conversas que desafogavam o coração, pergunta-me por que não prestaria Ciências Sociais. Achava que era minha cara. A partir daí, insisti na escolha. Entrei três vezes no curso, uma na PUC Minas, depois na PUCCamp e finalmente, na Unicamp. E nas nessas andanças, o resultado final se materializa nessa monografia. Uma construção coletiva, uma colcha de retalhos, parafraseando Mariza Corrêa.

Em todas essas transições e escolhas, sempre tive ao meu lado meu pais. Agradeço minha mãe Elizabeth Bonomi e ao meu pai Márcio Guerra pelos estímulos constantes aos estudos. Passamos por diversas dificuldades, conflitos, mudanças, porém penso que cada um desses desafios me ensinaram como transformá-las em força para seguir minha caminhada. Agradeço ao amor e aos valores. Não sei se era a intenção, mas acredito que meu coração valente e com sede revolucionária vem da plantinha que vocês colocaram em mim.

O segundo maior presente que meus pais me deram: minha alma gêmea, o melhor irmão desse mundo, meu companheiro, meu amigo, Carlos Bonomi. Você sempre foi meu porto seguro, meu estímulo, meu confidente. Passamos diversos apuros nessa vida, mas sempre juntos. Com você ao meu lado, tudo fica mais fácil.

Ao amor duas vezes materno: minha avó Amélia Bonomi. Seu amor e carinho sempre me confortam. Se hoje sou essa feminista chata, a inspiração veio de todos seus ensinamentos, da sua força e da sua coragem.

Ao meu avó Carlos Bonomi (*in memoriam*). Faltam palavras para agradecer tudo que me ensinou, pelo amor incondicional, pela amizade e carinho. Infelizmente, foi-se cedo antes de me ver formar, mas tornou-se a estrela que fez brilhar em cada momento que pensei em desistir de tudo. Não me formei política como era seu sonho, mas acho que estou no caminho (risos).

À minha Lelé, minha avó Olegaria (*in memoriam*) seu jeito persistente, teimosa, batalhadora e difícil, levo comigo todos seus ensinamentos: caráter, amor e luta. Acredito que se hoje eu sou “dura na queda”, veio do exemplo de vida que você mostrou ser.

À família Addans que tanto amo: Tia Marcela, sempre amiga, carinhosa e presente; Tia Marília, minha tia mais velha mais linda, sua doçura e sua força sempre foram exemplos para mim; Tio Giovanni, pelo afeto, carinho e atenção; meu primo mais mala, João e ao meu primo “dodói” caçula Pedro, os irmãos que a vida me deu, agradeço por todos os

momentos que compartilhamos, pelo amor incondicional, sempre presentes apesar da distância. Sempre fundamentais para a minha caminhada.

O encontro que se tornou ponte de vários recomeços. Ao meu companheiro Guilherme Righetto: no momento da minha vida que pensava que não tinha capacidade para voltar a estudar, você me reergueu e sempre se manteve ao meu lado, sempre meu alicerce, meu confidente, meu amigo, meu namorado. Sua determinação, amor, carinho e principalmente, sua disciplina são as forças que encontrei para conseguir concluir essa graduação. Mesmo quando eu estava perdida, você com seu jeito calmo e atencioso, sempre me deu o abraço que eu fiz de porto seguro. Obrigada por compartilhar esses seis anos e principalmente, por estar ao meu lado, sempre me encorajando, apoiando e me amando.

Passado, presente e futuro. Minhas amigas de longa data: Bárbara Brettas, Bruna Figueiredo, Lygia Atala e Isabella Figueiredo. São 17 anos de um “casamento aberto”: amor, carinho, trocas, brigas, festas que constituem o que eu sou hoje. Agradeço por sempre estarem ao meu lado e principalmente, acreditando no meu potencial.

Aos meus amores de adolescência: Renata Urbano, Eveline Oliveira, Grazielli Rodrigues, Rafaela Finelli. Pela amizade, carinho e amor. Nenhuma palavra seria o suficiente para agradecer a amizade linda que compartilhamos. Vocês são partes essenciais da minha vida e do porto seguro que criei em BH.

Amigos que se tornam casa, a minha Casa B: Nicolas, Lorena, Carol França, Sulamita, Felipe, Kiki, Carolzona, Gorila, Malu, Nelsim, Paulinha. Os que desafogam as energias negativas e sempre me renovam a cada encontro, tudo fica mais leve e mais alegre com vocês. “Eu só colo com amigo foda!”

Em cada novo encontro, um novo amor: ao Antony Diniz, o irmão que a vida me deu. Obrigada por compartilhar seu *tuff luv* de urso, por estar ao meu lado incondicionalmente, inclusive quando ligava diversas vezes bêbada de madrugada para falar sobre qualquer indignação de vida (e são sempre várias). Obrigada por me denominar “feminista” quando não sabia de onde vinha minha sede pela luta e direitos iguais. Por não me deixar desistir em momentos de puro desespero e drama (pois sabemos como sou boa nisso). Por me amar, compartilhar questionamentos e por deixar fazer parte da sua vida.

Minha diva Vanessa Sander, em poucos anos se tornou muito especial para mim. Obrigada pelos momentos compartilhados, pelo amor, carinho, inseguranças, risadas e principalmente por compartilhar momentos de jacuzisses.

A vida sempre nos reserva grandes surpresas e encontramos pessoas que se tornam a luz em nossas vidas. A Katuscia, outra irmã que a vida me deu. Pelo amor e amizade linda

que compartilhamos e construímos. À Sosô, um presente da linda amizade de Kat, que me alegria com sua ternura e amor. Agradeço pelos seus sorrisos que fizeram o cotidiano mais leve e colorido. Amo muito vocês.

À Fátima, Marília, Rafael, Malu, Felipe, Vitor, André, Raquel, Paulo e todas/os da família Righetto e Lopes por me acolher nessa grande família e por sempre torcerem por mim.

À turma de graduação mais “amô” desse universo: Camila, Estevam, Mariana Pimentel, Pati, Paola, Andrezin, Otávio, Paloma. Vocês tornaram os dias na graduação mais leves e mais felizes.

Ao Thiago Falcão, um dos inúmeros encontros especiais da Unicamp. Agradeço por compartilhar momentos, ideias, carinho e a amizade. Pelos incansáveis cafés, conversas *on-lines*, festas do Babado e diversos momentos que compartilhamos, trocando inquietações e desabafos. Principalmente por sempre “me ler” e revisar essa monografia com tanto carinho.

Ao Bruno Ribeiro, por se tornar tão essencial em minha vida, por ser essa pessoa incrível que me estimula cotidianamente. Pelos afetos, conversas, pelos insignths de pesquisa, pelas noites mal dormidas na ocupação, pelo colo nos momentos de desespero, pelas risadas nos momentos de conforto e pelo seu companheirismo imprescindível: meu muito obrigada.

À minha amiga “coração peludo”, Talita Moraes; à amiga-ogra Tais Cunha; e a miga ridícula Ivan Perina: pelo apoio incondicional desde o Anglo. Pelas risadas, carinho, companheirismo.

Aos amigos que acompanharam a caminhada na Unicamp: Cilmara Veiga, Larrisa Nadai, Sinara Gomes, Murilo Polato Gonçalves, Michelle Alcantara, Thais Lassali, Monique Telecki, Julia Scavitti, Ligia Carrasco, Matheus Gonçalves, Isabel Laurito, Homero Dantas, Nádia Malena, Aline Assêncio, Ricardo Godoi: muito obrigada seria pouco por todos os momentos que compartilhamos.

A sala de aula sempre foi um desafio para mim. O caminho para a pesquisa, às vezes pode se tornar espinhoso. Porém, há sempre aqueles que transformam esse espinho em rosa e conseguem transformar um espaço até então hostil, em um aconchegante espaço de trocas. Assim, agradeço à Ana Flávia Magalhães Pinto, Chris Tambascia, Andreia Galvão, Andrea Freitas, Bibia Gregory, Heloisa Pontes, Carolina Ferreira, Mario Medeiros, Mariana Chaguri. Professoras e Professores muito especiais que contribuem substancialmente na minha permanência na pesquisa.

À minha orientadora Ângela Carneiro Araújo. Faltam palavras para agradecer todo carinho, dedicação, leitura atenciosa, comprometimento, ética, sabedoria, seriedade. Seus questionamentos sempre precisos e preciosos nas reuniões de orientação foram essenciais para

a minha formação e aquilo que busco enquanto pesquisadora, construir ao longo da minha carreira. A relação que construímos ao longo desses três anos será levada para toda a minha vida. Agradeço não só pela orientação, mas pela amizade e carinho que compartilhamos nessa caminhada.

À Regina Fachinni e Bárbara Castro, pela leitura dedicada a esse trabalho e por me concederem a honra de participar dessa banca. Mesmo com o pouco tempo de convivência, tenho profunda admiração e carinho.

Às pessoas essências dessa pesquisa: Beatriz, Hailey, Amara, Rosa, Ana, Carlos, Leila, Leonardo Peçanha, Viviane Vergueiro. Agradeço pela confiança e por todos os saberes compartilhados ao longo desse trabalho. Pessoas que são referências na minha vida. Essenciais não só na minha vida, mas na luta por um mundo sem transfobia.

No momento que escrevo esses agradecimentos, é aprovado o princípio e implementação das cotas étnico-raciais. Uma luta que acompanhei desde 2014 e que nesse caminho construí relações profundas que contribuíram não só na minha trajetória pessoal, mas como pesquisadora. Agradeço à Mariel Nakane, Lygia Pereira, Rafael Paratins, Gustavo Reis, Aquiles Silva, Rodrigo Ribeiro, Silvio, Malu Fernandes, Sara Antunes, Fábio Eduardo, Gabriela Nascimento, Helen Aguiar, Milena Oliveira, Stephanie Lima, Taina Santos, Teófilo Reis, Victor Sampaio, Adriano Gois e José Victor. Palavras são poucas para agradecer todos os momentos e trocas que tive o privilégio de compartilhar com vocês ao longo desses anos.

Não poderia deixar de agradecer a Marli, uma verdadeira fonte de inspiração, um colo nos momentos conturbados. Agradeço por nossas conversas entre os corredores e por sempre ser presente, acolhedora e carinhosa. Esse instituto não seria nada sem você.

Resumo

O presente trabalho é fruto de duas pesquisas de iniciação científica, realizadas em 2014-2015 e 2015-2016. Como objetivo central tais pesquisas buscaram compreender o acesso das pessoas trans* no mercado de trabalho. Um dos fatores que contribuem para a construção do preconceito em relação às pessoas trans* (o chamado preconceito transfóbico) é a patologização, pela comunidade médica, da não identificação do sexo com o gênero: a transexualidade é considerada como um “Transtorno de Identidade de Gênero” pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Esse, bem como as possibilidades de violência e/ou agressão, inclusive psicológicas, os impactos dos estigmas, das relações parentais, econômicas e sociais implicadas nessa questão contribuem para a marginalização dessas pessoas em distintos contextos sociais. Para a realização dessas investigações, buscou-se identificar como as pessoas trans* procuram trabalho (em quais locais, redes e agências); traçar o perfil das pessoas que conseguiram se inserir no mercado de trabalho; conhecer as percepções das pessoas trans* sobre sua situação laboral, sua experiência de trabalho (ou de procura de trabalho) suas dificuldades, expectativas e demandas. Tais questões tiveram como aporte metodológico, entrevistas individuais e em grupo, bem como pesquisas nas mídias sociais do movimento *transfeminista* - blogs, redes sociais e etnografia em eventos como seminários, palestras, encontros do movimento organizado. Através dos relatos de vidas dessas pessoas, conseguimos compreender que o início da adequação de gênero, o grau de escolaridade e a alteração dos documentos de registros, se transformam em marcadores sociais da diferença, que determinam a forma de ingresso das pessoas trans* no mercado de trabalho que são marcadas pela precarização e informalidade.

Palavras-chaves: Trabalho; Transexualidade; Direitos.

Abstract

The present work is the result of two researches of scientific initiation, carried out in 2014-2015 and 2015-2016. As a central objective, these studies sought to understand the access of transgender people to the labor market. One of the factors that contribute to the construction of prejudice in relation to trans people (the so-called transphobic prejudice) is the pathologization by the medical community of the non-identification of gender with sex: transsexuality is considered as a "Disorder of Gender Identity" by the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM). This, as well as the possibilities of violence and / or aggression, including psychological, the impacts of the stigmas, parental, economic and social relations implicated in this issue contribute to the marginalization of these people in different social contexts. In order to carry out these investigations, we sought to identify how trans * people seek work (in which locations, networks and agencies); to draw the profile of people who have been able to enter the labor market; know the perceptions of trans * people about their work situation, their work experience (or job search) their difficulties, expectations and demands. These questions had as methodological support, individual and group interviews, as well as social media searches of the transfeminist movement - blogs, social networks and ethnography in events such as seminars, lectures, meetings of the organized movement. Through the accounts of the lives of these people, we can understand that the beginning of gender adjustment, the level of schooling and the alteration of registry documents, become social markers of difference, which determine the way of entry of trans people into the market that are marked by precariousness and informality.

Keywords: Work; Transsexuality; Rights.

Lista de Figuras

Figura 1: Postagem no Facebook (Lucas) sobre sua eleição como representante discente na Congregação da Unidade.....	57
Figura 2: Projeto impulsionado pela Secretaria Executiva de Direitos Humanos de Pernambuco (na foto: a ativista Maria Clara).....	76
Figura 3: Campanha Impulsionada pelo Ministério do Trabalho.....	76
Figura 4: Print retirado da página do Conselho Superior da Justiça do Trabalho sobre o uso do banheiro.....	76
Figura 5: Print retirado do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSTJ sobre preconceitos.....	77

Sumário

Introdução	12
Construindo os caminhos da pesquisa.....	12
Metodologia.....	13
Organização da monografia e convenções textuais.....	16
Capítulo 1: Do singular ao plural: disputas, (entre) cruzamentos, fronteiras e tensões no (des)fazer do gênero	18
1.1. Um breve histórico.....	18
1.2. Novos sujeitos dos feminismos: (re)encontrando o transfeminismo.....	26
Capítulo 2: Produzindo desigualdades através dos manuais, documentos civis e no espaço escolar	31
2.1. Processo Transsexualizador e as alterações de registros civis: de que tipo de cidadania estamos falando?	35
2.2. Alteração dos documentos.....	39
2.3. Nome Social: direito, gambiarra ou medida paliativa?.....	41
2.4. Precisamos discutir a “ideologia de gênero”.....	45
2.5. Outras formas de políticas educacionais.....	59
Capítulo 3: Inserção das pessoas trans no mundo laboral: (Trans)formações no mercado de trabalho?	61
3.1. Repensando conceitos.....	69
3.2. Afinal, prostituição é trabalho?.....	72
3.3. Construindo alternativas para o ingresso no mercado de trabalho.....	75
3.3.1. Campanhas Institucionais.....	76
3.3.2. Site de empregabilidade.....	77
3.3.3. Transcidadania.....	78
Considerações Finais	83
Referências Bibliográficas	84

Introdução

Esse trabalho de conclusão de curso consiste em um estudo interdisciplinar sobre os espaços laborais das pessoas trans*¹ e suas respectivas dificuldades relacionadas ao campo do trabalho. Essas dificuldades podem ser compreendidas a partir do preconceito da sociedade em entender e aceitar a identidade de gênero de homens e mulheres trans, bem como as implicações físicas, psicológicas, parentais, econômicas e sociais implicadas nessa questão.

Um dos fatores que contribuem para a construção do preconceito em relação às pessoas trans* (o chamado preconceito transfóbico) é a patologização pela comunidade médica da não identificação do sexo com o gênero: a transexualidade é considerada como um “Transtorno de Identidade de Gênero” pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Dessa forma, as pessoas trans* são marginalizadas dentro da nossa sociedade, carregando estigmas socialmente construídos.

Os dados e as análises apresentadas nessa monografia são frutos de duas pesquisas de iniciação científica realizadas no período de 2014-2015² e 2015-2016³. Na primeira pesquisa, o foco foi compreender quais são as dificuldades das mulheres trans* no mercado de trabalho. Na segunda, ampliou-se, através da observação das particularidades que os homens trans* possuem na inserção do mercado de trabalho.

Construindo os caminhos da pesquisa

Em 2013 ingressei no curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas. Nas primeiras semanas, foi divulgado no grupo de discussão do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), um grupo de estudos organizado por alunos do curso, a fim de discutir sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

¹ “O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [umbrella term] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans. Além disso, o termo também pode incluir pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino”. (KAAS, 2013).

² Alguns resultados da primeira pesquisa. Disponível em: << <https://proceedings.galoa.com.br/proceedings/29/papers/37116> >>

³ Alguns resultados da segunda pesquisa. Disponível em: << https://callforpapers.galoa.com.br/br/system/files/realm/submissions/submission-51714-393137-field_submission_abstract_file1.pdf >>

Nesse grupo, conheci Bia (apelido para Beatriz) e Leila, duas mulheres trans. Rapidamente, toda minha atenção girou em torno de suas colocações, como narravam suas experiências e suas concepções acerca dos inúmeros sentidos que circundam gênero. Após esse primeiro dia, Bia contou sobre o *blog* “Transfeminismo”, um espaço *on-line* impulsionado por pessoas trans*, retratando sobre suas vivências, bem como, um instrumento de militância política para visibilizar suas demandas. Assim como o *blog*, existe um grupo de discussão na rede social do *Facebook* para debater essas questões.

Desse dia em diante, fui acompanhando suas postagens no *Facebook* e artigos no *blog*. Através de Bia, me aproximei de outras pessoas e acompanhei, através do *blog* e do *Facebook* as demandas e as dificuldades que as vivências trans* trazem para essas pessoas.

O ponto principal que mais chamou a minha atenção foi à ausência dessas pessoas nos espaços da universidade, bem como nos ambientes de trabalho. Essa ausência tornou-se mais presente, após iniciar uma disciplina com a professora Ângela Araújo, ao mostrar através de imagens, espaços construídos socialmente no mundo do trabalho para mulheres e homens. A partir dessas imagens, comecei a indagar sobre a ausência das pessoas trans* nos espaços laborais.

Após perceber essas nuances, procurei Beatriz para falar sobre a ideia da minha pesquisa. A iniciativa de conversar com ela foi devido a preocupação que sempre norteou a pesquisa: não falar “por”, mas falar “sobre” as pessoas trans*, fugindo da possibilidade de trata-las somente como objetos de pesquisa, tirando todo caráter humano dessas pessoas. Assim, para não correr o risco de trocar o uso dessas preposições e invisibilizar essas pessoas, busquei sempre situar o meu lugar de fala e de pesquisadora⁴: uma estudante universitária branca, cisgênera⁵, classe média, heterossexual.

Metodologia

O campo de pesquisa incluiu três dimensões: o espaço social da internet – *Facebook*, *blog* e artigos em revistas *on-line*, entrevistas individuais e participações em eventos impulsionados pelas pessoas trans*, além do auxílio das referências bibliográficas.

Para iniciar as pesquisas, realizei um levantamento bibliográfico prévio através

⁴ Sobre conhecimentos situados consultar Haraway (1995).

⁵ “Cisgênero” são pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi designado no nascimento. O prefixo “cis” vem do latim e significa “deste lado”. As militantes transfeministas utilizam o termo “cisgênero” para descrever o gênero de quem não é trans*, buscando quebrar as estruturas que consideram “cis” como “normais”. Cf. Ramírez (2014), Dumaresq (2014) e Bagagli (2014).

de indicações das próprias sujeitas da pesquisa. Iniciou-se uma pesquisa sobre os artigos relacionados à temática trans* e grande parte dos quais foram por essas pessoas, para começar a entender como eram as diversas vivências e demandas.

Além disso, foi realizado um levantamento das normas estaduais e federais, bem como laudos médicos, pedidos de retificação dos documentos civis com o intuito de perceber as relações das pessoas trans* com o Estado.

Após essa etapa, foi iniciada uma pesquisa nos sites de notícias e nos grupos do *Facebook* para sondar as percepções das pessoas trans* sobre a temática do trabalho e emprego. Em vários *status* compartilhados e *posts* nos grupos dessa rede social pelas militantes trans* observei como a questão do trabalho era pouco visibilizada nos espaços sociais e como grande parte dessas pessoas se encontravam em situação de vulnerabilidade: ensino escolar incompleto, sem moradia, em situações de riscos, sem renda, sem apoio familiar. Realizei essa pesquisa prévia no campo do cyberspaço procurando conciliar as demandas e questionamentos das pessoas com os objetivos dos projetos de pesquisas.

Em seguida, foi feito o mapeamento das discussões produzidas nos grupos de pesquisa sobre gênero, ou seja, com o objetivo de analisar historicamente como o termo “gênero” foi construído como uma categoria de análise das relações sociais e como está ligado à discussão sobre a transexualidade. Após essa etapa, realizei a leitura da bibliografia sobre os estudos do trabalho para auxiliar na identificação dos quais tipos de trabalho as pessoas trans* estão inseridas.

Após esse levantamento das referências bibliográficas, produzimos um roteiro para nortear as entrevistas individuais. Os eixos principais do questionário foram feitos em conformidade com os principais objetivos dos projetos. Procurei investigar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans* ao longo da vida, desde a infância até os dias de hoje.

Apesar de possuir o roteiro como um instrumento de orientação para encaminhar a entrevista, procurei dar mais liberdade às/aos entrevistadas (os) pudesse falar de alguma impressão, lembrança, momento que sentisse confortável em compartilhar.. A ideia analisar as histórias de vidas dessas pessoas para compreender as razões das suas dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho. As histórias de vidas são “instrumentos fundamentais para a compressão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinados entre os atores individuais e as experiências sociais”. (KOFES, 1994:141).

No total foram entrevistadas cinco mulheres trans* e um homem trans* durante

o período das pesquisas. Somou-se ao material de pesquisa dessa monografia, conversas que não foram gravadas e depoimentos de militantes em eventos com o intuito de aprofundar os intercruzamentos dessas falas para contribuir com as reflexões desenvolvidas aqui.

No que diz respeito às pessoas citadas nessa monografia, tanto nas entrevistas transcritas ou em fragmento do diário de campo, tiveram seus nomes alterados. O objetivo é proteger as identidades das/o interlocutoras/o. As três pessoas que são exceção são Beatriz Pagliarini, Hailey Kaas e Amara Moira devido ao engajamento político, sendo reconhecidas como figuras públicas. As três foram consultadas sobre a revelação de suas identidades e consentiram.

Além dessas entrevistas fui autorizada por moderadoras(es) de grupos do *Facebook*, a realizar *prints* de discussões que envolvessem a temática “trabalho”. Conforme Falcão (2015) explica, precisamos demonstrar como os sujeitos participam, interagem e se tornam produtores de conteúdos e sentidos dentro das redes sociais. No nosso caso, mostrarei como essas pessoas dão sentido ao conceito de “trabalho” e como as demandas por emprego, tornam-se um das principais bandeiras políticas desses sujeitos. Tratarei do espaço da internet como Ferreira (2015) trata em seu artigo, entendendo esse espaço como um “lócus de ação e reflexão”. Analisar os conteúdos e os discursos textuais produzidos nas redes sociais permite revelar como a internet constitui um “espaço de interlocução, um canal para qual emergem demandas que captam a dimensão das experiências e pode revalorizar habilidades e propriedades de grupos previamente excluídos”. (SARMENTO, 2016:138)

O *Facebook*⁶, nos últimos anos, se tornou uma das mídias sociais de maior acesso, com o maior número de usuários *on-line*. Desde o avanço das tecnologias móveis e de conexões de internet, cresce o número de usuários nessa mídia social. A dinâmica do *Facebook* consiste no compartilhamento de notícias, vídeos, fotos, *postagens* com quem esteja *on-line* e parte de uma rede de contatos. Além disso, o *Facebook* possibilita a criação de grupos de discussão conforme temas e interesses compartilhados entre os usuários.

Outra ferramenta utilizada foi o mapeamento de artigos e notícias de jornais *on-line* para demonstrar como a questão do trabalho é uma urgência na vida dessas pessoas, mas é pouco pontuada na agenda de políticas públicas nos municípios, nos Estados e no Governo Federal. Além de usar essa ferramenta como forma de justificar a importância da pesquisa, esse meio permitiu agrupar mais depoimentos de pessoas trans* sobre as dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho.

Durante a pesquisa, participei como observadora de eventos, reuniões e dos

⁶ Criado em 2004 por Mark Zuckerberg, Eduardo Saviren, Dustin Moskartz e Cris Hughs. Cf. Falcão (2017:43)

espaços de militância trans* para ampliar nossa rede de contatos e entender como as pessoas trans* se organizam politicamente, quais são os debates centrais, demandas, questionamentos principais e como se dão os diálogos com outros movimentos sociais e com os governos municipais, estaduais e federal. Esses eventos foram importantes para a coleta de materiais (discursos, debates, decisões), pois contribuíram nesse campo para a percepção dos atores e das redes em interação, bem para compreender os conflitos e disputas. Aguião (2014) complementa que essa forma de entrada em campo permite compreender “os manejos de concepções a respeito de gênero, sexualidade, raça, etnia e outros marcadores sociais de diferença, como formas de reivindicações” (AGUIÃO, 2014:19).

Organização da monografia e convenções textuais

Essa monografia está organizada em 3 capítulos. No primeiro capítulo apresento o debate teórico sobre as reformulações da categoria “mulher” e “gênero” com o intuito de mostrar como, a partir de disputas dentro do campo feminista, a vertente feminista – *transfeminismo* se inseriu nas disputas feministas e como “gênero”, enquanto uma categoria analítica tornou-se importante para a compreensão das dinâmicas das experiências trans*.

No segundo capítulo, inicia-se a discussão acerca dos documentos e dos manuais que classificam as pessoas trans* enquanto “doentes”. São discutidos os manuais médicos DSM, CID e DOC, portarias referentes do “Processo Transsexualizador”, e ao “Nome Social”, bem como os processos de retificação dos documentos civis. Na segunda parte desse capítulo, são abordadas as experiências escolares das pessoas trans* mostrando como são essas vivências, suas dificuldades, bem como, as formas alternativas que essas pessoas encontram para poder superar os preconceitos e as violências nos espaços de trabalho.

No terceiro capítulo são discutidas as experiências laborais vivenciadas pelas pessoas trans*. São discutidas sobre as reflexões da sociologia do trabalho, bem como as políticas públicas voltadas para a inserção das pessoas trans* no mercado de trabalho.

Com a finalidade de facilitar a leitura dessa monografia, trechos das entrevistas e relatos de campo estão grafados em *italico*, conceitos de outros autores aparecem entre aspas e seguidos de referência. Assim como Falcão (2014) utilizo os fragmentos dos diários de campo aparecem no texto com recuo de quatro centímetros, como é a padronização das citações bibliográficas, entretanto estão com fonte 11 e espaçamento entre linhas 1,25, para se diferenciar das citações diretas com mais de três linhas.

Capítulo 1: Do singular ao plural: disputas, (entre) cruzamentos, fronteiras e tensões no (des)fazer do gênero

“Eu não preciso dizer que minha identidade de gênero se encontra previamente instalada nos meus neurônios, hormônios, ou seja lá outra estrutura biológica qualquer, pra dizer que ela é essencial e muito importante para mim. Eu não preciso dizer que minha identidade de gênero é coerente, fixa, racionalizável segundo as lógicas falocentricas de poder pra dizer que ela é essencial para minha existência. Eu não preciso dizer que minha identidade de gênero não é implicada numa escolha subjetiva trabalhada por mim mesma – numa relação ética de si consigo. Isto é, consigo mesmo – pra dizer que é algo que existe. Eu não preciso falar que minha identidade não se origina pela minha vontade para que eu possa lutar pelas reivindicações para dizer que minha subjetividade é válida. Eu não preciso me eximir de dizer que minha subjetividade é socialmente e historicamente construída pra dizer que ela é legítima. Eu não preciso me eximir enquanto sujeito implicada na minha própria verdade pra poder resistir às normas que dizem que minha existência é desprezível, impossível, errada. Quando se tenta afirmar que nossas identidades são produtos da biologia – e não de nosso entendimento e não da nossa luta, de não de nossa tomada de consciência frente a uma realidade social – o que se está tentando fazer é tirar a responsabilidade do sujeito de si mesmo. Talvez porque nossas identidades não façam sentido segundo a lógica de poder dominante. O que nós precisamos é quebrar justamente esta lógica de sentido que pressupõe nossas identidades como sem- sentido”. (Excerto de uma publicação no perfil do Facebook da ativista Beatriz Pagagli. Trecho do caderno de campo. 24/11/2015).

1.1. Um breve histórico

As questões apontadas por Beatriz Pagagli são recorrentes nos espaços *on-line* do Facebook acerca das identidades trans*. Por isso, esse capítulo se inicia com essa reflexão, uma vez que trás diversos conceitos presentes nos estudos de gênero e sexualidade, passando por relações de poder, marcadores sociais da diferença e corporalidade.

Nas duas pesquisas de iniciação científica anteriormente realizadas e nessa monografia, gênero é abordado enquanto uma categoria de análise com o intuito mostrar como ainda em alguns estudos e áreas das Ciências Humanas “pressupõe-se a permanência da hierarquia, do binarismo, da heterossexualidade e da diferença sexual como condição cultural” (ARAN, 2007:136). Realizei a escolha teórica e metodológica por compreender que, para aprofundar a investigação sobre mercado de trabalho e transexualidade, torna-se

necessário compreender as disputas, tensões e o percurso histórico dos estudos de gênero no Brasil e internacionalmente, pois esses fatores tornaram-se agentes nas formulações médicas sobre as transexualidades e travestilidades⁷.

Gênero enquanto um conceito é discutido nas teorias feministas com o intuito de oferecer novas formas de olhar a realidade, “situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social” (PISCITELLI, 2002:01). Os usos do conceito de gênero passam ainda hoje, por diversas reformulações, sendo (re)discutidos tanto nos espaços de ativismos feministas como nos ambientes acadêmicos, propondo novos desafios analíticos, questionamentos, disputas e tensões.

Os debates sobre o conceito de gênero iniciam-se na década de 80, porém seu desenvolvimento advém de discussões formuladas pelo pensamento feminista desde o final da década de 1960. Conforme Piscitelli (2001) aponta, nesse período os ideários acerca dos direitos iguais de cidadania, impulsionaram uma forte mobilização feminista em diversos países. Desse modo, um forte questionamento sobre a posição de “subordinação” da mulher nos espaços políticos e sociais na sociedade eram feitos. Essas questões passaram a orientar as pesquisas sociais, a partir do entendimento da subordinação feminina como um fator injusto e não-natural.

Ao compreendermos que desde início, o movimento feminista (até então considerado como singular) já possuía “diversas atoras/es individuais e coletivos, lugares sociais, culturais e políticos” (ALVAREZ, 2014:18), parece atrativo a forma proposta por Alvarez de pensar os movimentos feministas como um *campo discursivo de ação* (ALVAREZ, 2014).

Assim, na década de 1960, conforme aponta Alvarez (2014), as ações discursivas feministas possuíam o intuito de centrar o campo e configurar o feminismo enquanto um sujeito singular. As discussões foram influenciadas pelas ideias de Simone de Beauvoir, expostas no livro “O segundo sexo”. Beauvoir argumentava que o “status” secundário que as mulheres ocupam na sociedade, é uma posição construída socialmente. Tal compreensão acerca dessas relações sociais se dá pela análise da história e da cultura, preocupando-se em compreender como ocorrem as relações de dominação por parte dos homens na sociedade.

As discussões acerca das origens da opressão das mulheres possuem diversos entendimentos, produzindo debates e disputas dentro do feminismo. Uma dessas visões são

⁷ Utilizo o termo “travestilidades” conforme apontamentos de Pelúcio (2009) e Sander (2015) percebendo as pluralidades das experiências dessa categorização.

das feministas socialistas, influenciadas através dos estudos de Engels em *Origens da família, a propriedade privada e o estado* (2009), que compreendem que a base da opressão das mulheres advém da estrutura de classes, na qual, a divisão sexual do trabalho promove a desigualdade, a subordinação e a dominação das mulheres. A saída para essa situação viria através da instauração de um novo modelo de sociedade, sem a divisão de classes, através da revolução socialista. (KOLLANTAI, 1918; ZETKIN, 1920; MITCHEL, 2006)

Outra vertente do feminismo socialista, conhecida como feminismo radical, critica essa concepção da origem da opressão da mulher, afirmando existirem experiências socialistas em que as hierarquias de gênero permaneceram, não ocorrendo o processo de abolição das desigualdades de gênero. Dessa forma, para as feministas radicais, as origens da subordinação feminina se encontram no processo reprodutivo e não na divisão das sociedades de classes. Sulamith Firestone (1976) argumenta em seu livro que, devido as mulheres possuírem papel fundamental no processo reprodutivo, elas estariam condicionadas à biologia, forçando-as a depender dos homens. Como saída para a libertação das mulheres, a autora afirma que é necessário acabar com o privilegio masculino através da abolição do sexo através da reprodução artificial. Assim, as diferenças genitais não teriam poder e significado cultural.

Piscitelli chama atenção para a forma que os debates acerca do corpo se iniciam entre as feministas desse período. O debate mostra que, “nessas linhas de pensamento, a “condição” compartilhada pelas mulheres – e da qual se deriva a identidade entre elas – está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura. O corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade” (2001:04)⁸.

Influenciada pelas ideias do feminismo radical, a categoria “mulher” passa a ser articulada como instrumento coletivo e político compartilhado nos espaços de militância e de estudos acadêmicos (estudos “da mulher”). Esses estudos estão ancorados no “reconhecimento político das mulheres como coletividade, na ideia de que o une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas” (PISCITELLI, 2001:04). A opressão passa a ser articulada em conjunto com às experiências vividas, sendo “qualquer situação que a mulher defina como opressiva, independentemente de tempo, região, raça ou classe social” (BARROS, 1995:459).

⁸ No próximo capítulo, abordo novamente essas questões para demonstrar como essa concepção de opressão, corpo, mulher e feminilidade estão ancoradas nas concepções de “mulher” nos manuais do DSM, SOC e SIC que tratam sobre transexualidade e travestilidade.

Definir o ideário coletivo “mulher” trouxe algumas consequências e alterações nas concepções sobre opressão, alargando também, as compreensões acerca dos significados políticos sobre relações de poder. Assim, a afirmação o “pessoal é político” passou a abranger também a intersecção entre as noções de experiência e opressão, questionando as visões presentes no pensamento da esquerda marxista, “para as quais a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente” (PISCITELLI, 2001:5). Influenciadas pelo feminismo radical e pela ideia de “*womanhood*”, consideravam essa visão política marxista objetiva sobre as relações de opressão era pouco apropriada para a realidade das mulheres. Na concepção feminista baseada na experiência “a opressão incluiria tudo o que as mulheres experienciassem como opressivo” (PISCITELLI, 2001:5). Dessa forma, as relações de poder perpassam por qualquer esfera social, não se limitando somente à esfera privada. Assim, tornava-se necessário procurar desvendar as multiplicidades dessas relações que se encontravam presentes em diferentes esferas sociais de suas vidas. Para tanto, visando mobilizar os espaços de ativismo e reflexão acadêmica, o pensamento feminista desenvolve o conceito de “patriarcado”, transformando-o em uma categoria de análise para investigar os aspectos centrais das relações de poder sofridos pelas mulheres: opressão, dominação e exploração.

O conceito de patriarcado trouxe diversas discussões e críticas, pois mesmo entre as vertentes que defendem o uso do termo há diferentes formas de compreendê-lo. Como mencionado anteriormente, o feminismo radical concebe patriarcado como as formas de dominação, exploração e opressão exercidas pelos homens, mediante o seu poder em controlar o corpo da mulher para a reprodução ou para fins sexuais. Safiotti (2011) à luz das ideias de Pateman (1993) explica que a dominação masculina e os direitos ao acesso sexual e reprodutivo são frutos do contrato sexual que se torna a base da sujeição feminina diante ao poder masculino. A ideia de interseccionar a discussão sobre o contrato sexual para as autoras, é uma forma de explicar “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder (que) contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFIOTTI, 2011: 54)

A categoria de análise “patriarcado” proporcionou a mobilização política que levou à formação de coletivos organizados de mulheres. No entanto, não podemos desconhecer as críticas que já foram feitas a esse conceito. A primeira delas recai na multiplicidade das formas de se entender e de ser mulher, conforme apontam as discussões dos diversos feminismos que se construíram a partir da realidade e identidade de distintos grupos: feminismo negro, feminismo no Terceiro Mundo, feminismo lésbico, feminismo

operário e sindical, transfeminismo entre outros. Desse modo, algumas mulheres começaram a perceber a existência de diversas e diferentes formas de opressões que cada uma poderia sofrer, sendo muitas delas distintas das sofridas pelas mulheres brancas e de classe média e alta. Assim, parte do debate voltou-se para a necessidade de discutir o conceito de gênero por meio da análise e intersecção com outros marcadores sociais de diferença tais como raça, nacionalidade, sexualidade, classe social e idade, dentre outros, de forma a romper com a ideia de universalidade e de uma hierarquia entre as opressões⁹ (BARROS, 1995; LORDE, 1983; BRAH, 2006; HOOKS, 2015). O conceito de gênero se desenvolveu com o objetivo de questionar as ideias universalizantes sobre a categoria “mulher” e desnaturalizar “posições teóricas estabelecidas” (PICITELLI, 1997:45).

O primeiro trabalho que obteve grande destaque e marcou os estudos feministas ao introduzir o conceito de gênero, foi o artigo de Gayle Rubin em “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo” (2012). Nesse ensaio, a autora propõe uma nova conceitualização de gênero através do “sistema sexo/gênero”. Por esse sistema, a autora analisa como um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana (RUBIN, 1975). A autora em sua análise nos oferece dois deslocamentos: no primeiro a diferença sexual é analisada através da percepção de que a cultura se sobrepõe à natureza, que por sua vez, fornece dados que demonstrariam que as diferenças são construtos culturais; no segundo, ao utilizar o conceito de gênero como uma categoria alternativa ao patriarcado, permite vislumbrar as diferentes realidades empíricas nas quais as relações de poder são operacionalizadas. Nesse sentido, o que Rubin propõe ao utilizar as ferramentas analíticas do conceito de gênero e do sistema sexo/gênero, é que as opressões são frutos de relações sociais específicas, rebatendo o ideário da categoria do patriarcado (PICITELLI, 2001).

Essa forma de operacionalizar o conceito de gênero também foi bastante criticada produzindo novas reformulações do conceito. Os anos 80 foram marcados por novas produções e, principalmente, por novos questionamentos dentro dos movimentos feministas e nos espaços acadêmicos, buscando romper com o dualismo cultura/natureza marcados pelos debates dos anos 60 e 70.

Joan Scott apresenta novas perspectivas para os estudos de gênero com a intenção de desconstruir o dualismo sexo/gênero. A autora explica que se “associamos o primeiro à natureza e o segundo para a cultura, perpetuamos a ideia de que existe uma “natureza” que possa ser apreendida à parte de um conhecimento que produzimos sobre ela” (SCOTT, 1990).

⁹ Sobre críticas e limitações dos usos do conceito de gênero ver Safiotti (2004).

Através dos referenciais de Foucault sobre poder e de Derrida sobre desconstrução, a autora propõe a considerar “gênero” como uma categoria de análise histórica que se refere às relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder (SCOTT, 1990).

Além das proposições apresentadas por Scott, feministas negras iniciam um profundo debate crítico sobre a experiência universal da “mulher”. Uma das principais críticas nesse sentido diz respeito à forma como o machismo é compreendido pelas teorias feministas hegemônicas são formuladas por mulheres brancas, de classe média-alta e acadêmicas que não questionam as imbricações das relações raciais e de classe.

bell hooks mostra como as mulheres brancas dominam o discurso feminista, elas “têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista” (2015:196). Assim, como outras teóricas, a autora questiona a universalidade acerca da noção de “opressão”. Afirmar que todas as mulheres são oprimidas, “sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, orientação sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que podem explicar até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (HOOKS, 2015:197). Além dessas questões, as intelectuais feministas negras, criticam a forma como as masculinidades são tratadas. Ao compreender que as opressões são mediadas por relações, ao universalizar a opressão das mulheres, automaticamente são universalizados as experiências das masculinidades, que para essa autora, há grande diferença do homem branco para o homem negro, pois as construções do imaginário que são feitas em relação ao homem negro são permeadas pelo preconceito do racismo.

Procurando aprofundar as compreensões analíticas sobre essas relações sociais, essas intelectuais feministas mobilizam o conceito de interseccionalidade¹⁰, buscando perceber as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, como por exemplo, sexismo, racismo, patriarcalismo. Perceber como ocorrem as interações entre as formas de opressão possibilita superar a noção de sobreposição e de universalidade das opressões (CRENSHAW, 2004). O uso dessa forma de olhar para as opressões e vivências das mulheres, especialmente, para as mulheres não-brancas, passa por diversas discussões e novas formas de mobilizar e acionar essas categorias com o intuito de aprofundar a compreensão acerca das origens das opressões e gerar políticas de enfrentamento contra os

¹⁰ Sobre críticas ao uso do conceito de interseccionalidade e novas propostas de análises sobre opressões ver Saffioti (1992; 1995), Hirata e Kergoat (2014).

diversos preconceitos. Durante essa década, diversas feministas intelectuais não-brancas iniciam uma série de produções para debater essas questões (HOOKS, 1981; DAVIS, 1983; LORDE, 1984; COLLINS, 1990).

No bojo das discussões acerca das implicações das relações raciais na intersecção com classe e gênero, as sexualidades também se transformam em objeto de análise das relações sociais com o intuito de questionar e criticar a posição dos estudos sociológicos sobre minorias e gênero produzidos até o momento. A denominada *teoria Queer* sob influência de duas correntes (filosófica e pós-estruturalista) busca compreender como a sexualidade estrutura a ordem social contemporânea. Seu objeto de análise consiste em desvendar a dinâmica da sexualidade e desejo na organização das relações sociais como construção social e histórica.

Os estudos *queer* sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à opressão do binarismo hetero/ homossexual, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença. Esses novos questionamentos têm como referência, as obras de Michel Foucault, “História da Sexualidade” (1976), e Jaques Derrida, “Gramatologia” (1967).

Nos anos 1990¹¹, Judith Butler em “*Gender Trouble*” (1990) desenvolve através de um estudo genealógico¹², reflexões aos usos dos conceitos de gênero, identidade, sexo, corpo e sujeito. Nesse livro, a autora critica as feministas que fornecem possibilidades limitadas à problematização da “natureza biológica” de homens e mulheres. “Gênero, em Butler, passa de categoria analítica a aparato de produção de estruturas binárias. A definição da matriz heterossexual como uma “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual, corpos, gênero e desejo são naturalizados” (FACCHINI *apud* BUTLER, 2003a: 215-216 – nota 6 *apud* FACHHINI), aponta para uma crítica não apenas da naturalização do gênero, mas da “naturalização dos corpos e dos desejos” (FACCHINI, 2008:85).

Em “*Contingent Foundations: Feminism and the Question of Postmodernism*” (1990) e “*Bodies That Matter*” (1993), Butler rearticula algumas questões conflituosas acerca dos conceitos de performance/ performatividade e crítica a construção do sujeito feminista mobilizado pelas feministas dos anos 1970. Em seu artigo “*Contingent Foundation*”, a autora argumenta que “a crítica do sujeito não é uma negação ou repúdio do sujeito, mas um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada

¹¹ Nesse mesmo período outras autoras discutem gênero através de chaves analíticas, como por exemplo Donna Haraway (1991; 2004) e Teresa DeLauretis (1994), para fins dessa monografia, centralizarei nas discussões impulsionadas por Butler, a qual justifico ao final desse tópico.

¹² O conceito de genealogia é mobilizado pela autora como um instrumento que “investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa* categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (BUTLER, 2003:09).

de antemão” (BUTLER, 1990:19). Considero esse artigo como um fio condutor dos pontos deixados em “*Gender Trouble*” que serão aprofundados em “*Bodies That Matter*”. Nesse livro, a autora retoma a discussão sobre a noção de sujeito, à luz das ideias sobre poder de Foucault, realizando uma “reflexão acerca da materialidade do sexo e da relação entre gênero, agência, subjetivação e corpo (...) questionando a noção humanista de sujeito, na qual a agência passaria pelo voluntarismo e pelo individualismo – o sujeito que decidiria sobre seu gênero – e apresenta gênero como parte do conjunto de constrangimentos e normatividades impostos ao sujeito, e como algo que se constrói a partir de relações de poder” (FACCHINI, 2008:85).

Corpo em Butler assume outras chaves analíticas diferentes daquelas discutidas pelas feministas dos anos 1970. Corpo é analisado pela autora “não como uma superfície pronta à espera de significação, mas como um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (BUTLER, 2003:59). Essa noção de corpo, se entrelaça ao entendimento de gênero, compreendendo como a “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003:59). Ou seja, para Butler, gênero atua como um instrumento que legitima a ordem compulsória através dos mecanismos da cultura e do discurso que se inscreve nas diferenças sexuais, proporcionando o aprisionamento do sexo.

Assim como Scott, Butler busca desconstruir as noções binárias acerca de sexo-natureza, gênero-cultura, demonstrando que por trás dessas noções há uma ordem compulsória que produz e exige a coerência entre sexo¹³, gênero, desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

A partir de uma análise política da heterossexualidade compulsória, tornou-se necessário questionar a construção do sexo como binário, como um binário hierárquico. (...) Mostrou-se também que as estratégias de exclusão e hierarquia persistem na formulação da distinção sexo/gênero e em seu recurso ao “sexo” como pré-discursivo, bem como na prioridade da sexualidade sobre a cultura e, em particular, na construção cultural da sexualidade como pré-discursiva. (BUTLER, 2003:212).

A partir dos diversos questionamentos sobre corpos, sexo e gênero, Butler torna-se uma das principais teóricas que influenciam os estudos sobre transexualidades e travestilidades por questionar o papel estável que o gênero adquiriu ao longo das reflexões

¹³ Assim como Foucault (2005), a autora concebe a sexualidade como um “*dispositivo histórico do poder*” que se insere em um conceito metodológico para explicar o “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.” (FOUCAULT, 2005:54).

discutidas até o momento. Reflexões acerca dos corpos trans* se transformam em questionamentos dentro e fora dos espaços de militâncias como também em pesquisas acadêmicas. A autora aprofunda essa discussão em “Corpos que pesam: sobre limites discursivos do sexo” (2000), afirmando que as construções de gênero atuam por meios excludentes, ou seja, corpos fora da matriz heterossexual são empurrados à margem da sociedade, limitando os acessos e espaços desses corpos. A autora complementa que esses corpos não são entendidos como vidas, passando assim, a serem excluídos de todo espaço da democracia e compreendidos como corpos abjetos (BUTLER, 2009).

Assim, essas discussões e as noções desses não-lugares se transformam em pautas reivindicatórias do movimento trans*, que vão desde o acesso às políticas sociais ao reconhecimento por parte de outros movimentos sociais, como por exemplo, dos movimentos feministas. Essa disputa é permeada por conflitos marcantes que transbordam por disputas teóricas acerca de gênero, sexualidade, corpo, raça e classe.

1.2. Novos sujeitos dos feminismos: (re)encontrando o transfeminismo

Busquei traçar nesse primeiro tópico como as discussões nos espaços de militância convergem com as elaborações nos espaços de produção acadêmica, contribuindo para a produção de correntes feministas. No movimento trans* esse percurso não é diferente e tentarei nesse tópico, demonstrar como a discussão sobre gênero, sexo, poder, militância dentro dos espaços trans* é heterogênea e como, diferentes processos contribuíram para a emergência de diferentes atores e movimentos sociais.

Conforme apontado por Carvalho e Carrara (2013), a partir da emergência da AIDS e da violência policial, no final dos anos 1970, grupos de travestis iniciaram formas de organização para denunciar violências cotidianas que vão desde violências verbais e físicas a violências estatais. Os autores apontam que a entrada na militância das travestis entrevistadas se inicia através da participação política em diferentes organizações com atuações no enfrentamento da epidemia da AIDS. O movimento trans* enquanto um movimento social emerge no Brasil a partir do processo de democratização de 1989 por meio da formulação da Constituição e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Jovanna Baby participou de diversas reuniões do projeto “Saúde na Prostituição”, organizado pelo ISER; Keila Simpson foi procurada para ser voluntária em projeto de prevenção com travestis profissionais do sexo coordenado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB); Marcelly Malta organizava o grupo de travestis do GAPA-RS; treinada pelo Programa Municipal de DST-AIDS de Santos, Indianara foi agente de

prevenção junto a profissionais do sexo. Apesar de se tratar de diferentes modelos organizações (religiosas, grupos gays, ONG/AIDS, poder público), a AIDS foi notadamente um catalisador da organização política dessas pessoas. Somente com a mudança nas políticas relativas à epidemia, através da elaboração e da divulgação do conceito de “vulnerabilidade” que marca os anos 1990, é que elas passaram a considerar como objeto de mobilização política outros aspectos de sua vida para além do acesso à informação, aos insumos de prevenção e ao tratamento médico. (CARVALHO; CARRARA, 2013:327).

Assim como nos movimentos feministas, no período dos anos 1990-2000, os movimentos sociais passaram por uma nova reformulação do “fazer político”, situado por Alvarez (2014) como “o descentramento e a pluralização dos feminismos e o *mainstreaming* do gênero” (2014:20). Ainda segundo essa autora, essa reformulação consiste em uma articulação “vertical”, na qual os movimentos feministas adentram em outras esferas sociais, indo “além da sociedade civil”, e se articulando a partidos, governos, universidades, ONGs – inserindo-se assim em um processo de institucionalização e de “profissionalização” do movimento. No movimento trans* ocorre um processo similar, porém o acesso à cidadania e aos direitos sociais advém dos direitos à saúde. Como Pelúcio aponta há um processo de “SIDAdanização” desses sujeitos:

[...] o atual modelo (de prevenção dialogada) procura considerar as singularidades das visões de mundo e as experiências sociais compartilhadas (...). Porém, a politização desses indivíduos, tomada como meta, pode ser vista como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos (...). A partir da AIDS, (...) essas pessoas devem construir uma bioidentidade. Ao estimular, o “senso de organização de categoria”, fomentar a “consciência política” trabalhando auto-estima e o fortalecimento, (...) volta-se para o desenvolvimento de uma “nova” consciência política (...). Desloca-se, assim, a responsabilidade pelas doenças, para a forma de como os indivíduos se relacionam entre si e com seu entorno. (PELÚCIO, 2009, p:110).

A estratégia de dialogar com agentes estatais com o intuito de ter legitimidade como um movimento social, contribuiu para a formação de uma organização política exclusiva para travestis e transexuais, a ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro) em 1992 no Rio de Janeiro. Em 1993, organizam o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Transexuais com o tema “Cidadania não tem roupa”. A partir desse ano em diante, as/os militantes organizaram anualmente o encontro com o intuito de organizar estratégias para a população trans*. A partir dos encontros nacionais, no ano de 2000, é criada a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (CARVALHO; CARRARA, 2013).

Os diálogos com os movimentos sociais de diferentes segmentos acompanharam o processo de alargamento e plurização dos diálogos, como é o caso do movimento LGBT. A incorporação da letra “T” (travestis) no movimento, ocorre em 1997 no VII Encontro de

gays, Lésbicas e Simpatizantes (FACCHINI, 2004). Apesar das recorrentes críticas à direção do movimento por tratar das questões trans* como secundárias, o movimento trans* permaneceu na disputa dos espaços LGBT com o objetivo de discutir sobre políticas de reconhecimento e visibilidade¹⁴. Outros atores que se aproximam das/os militantes com o intuito de colaborar com as discussões sobre políticas públicas são as/os pesquisadoras/es. As pesquisas e as parcerias nas produções de políticas públicas se dão por meio de investigações que não contém um cunho médico-psiquiátrico e participam das campanhas pela despatologização as identidades trans* e por lutas que buscam garantir maior acesso às tecnologias médicas de alteração corporal¹⁵ (SANDER, 2015).

No ano de 2005, funda-se o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), com papel central na construção política do programa “Processo Transexualizador”¹⁶. Teixeira (2013) e Carvalho (2015) observam que o coletivo é bastante criticado por esvaziar os espaços de discussões exclusivamente de pessoas trans* para participar de reuniões de organizações feministas.

As ausências são compreendidas devido à aproximação de espaços institucionais de políticas para mulheres, como no caso da participação no “Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e outras DSTs”. O afastamento dessas ativistas da política LGBT para uma aproximação com movimentos feministas foi alvo de críticas e acusações de divisionismo do movimento. A metáfora de que após a cirurgia “elas atravessam o arco-íris, pegam o pote de ouro e vão embora” foi repetidas vezes utilizada por ativistas travestis como acusação da falta de compromisso político daquelas que se identificavam como transexuais. (CARVALHO; CARRARA, 2015:285).

Nesse mesmo ano, parte das ativistas do CNT se envolveu nas reivindicações pela inclusão de mulheres trans* no X Encontro Latino-Americano e Caribenho, realizado em São Paulo. A aceitação das militantes feministas sobre a inclusão das mulheres transexuais e travestis foi bastante reticente, porém foi aprovada a participação dessas ativistas no XI Encontro, realizado no México (COACCI, 2014)

O debate sobre a inclusão de ativistas trans* nos espaços feministas e a inclusão do termo e das pautas “transfeministas” não são consensuais dentro do movimento trans*. Até no ano de 2011, o debate tinha perdido forças, porém uma nova “geração” de ativistas retornam ao debate da inclusão do transfeminismo nos espaços de discussão de reivindicações políticas. Carvalho e Carrara pontuam que há um contexto para o retorno da

¹⁴ Todos os anos é discutido o tema da Parada LGBT. No ano de 2016, o tema escolhido foi “LEI DE IDENTIDADE DE GÊNERO, JÁ! – Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!” #chegadetransfobia. Disponível em: << <http://paradasp.org.br/20a-parada-do-orgulho-lgbt-reune-cerca-de-3-milhoes-de-pessoas-em-sao-paulo/> >>.

¹⁵ Destaco as pesquisas de Berenice Bento, Jorge Leite Junior, Marcia Áran, Tatiana Lionço e Daniela Murta.

¹⁶ Tratarei sobre o programa no próximo capítulo.

discussão transfeminista nesses espaços. Para os autores torna-se necessário aprofundar o contexto para compreender essa nova fase:

- i) o afastamento das ativistas do CNT e a diminuição das disputas identitárias internas (significativo uso de “trans” ou “pessoas trans” ao invés de “travestis e transexuais” e aumento de espaços de participação na gestão de políticas públicas nas quais tal diferenciação não importa ou deixou de importar),
- ii) a organização política em nível nacional de homens transexuais,
- iii) a ampliação no acesso ao ensino superior e aumento relativo na escolaridade média das e dos militantes,
- iv) mudança na literatura acionada como inspiradora das conformações identitárias e políticas (saindo da psicanálise para as ciências sociais e a teoria *queer*),
- v) o surgimento de outras formas de organização diferentes das ONGs como os coletivos universitários, e (vi) a democratização no acesso à internet e as novas tecnologias de comunicação e informação, e o surgimento da categoria “ciberativista independente” (CARVALHO; CARRARA, 2015:386).

A discussão da emergência do transfeminismo e o questionamento das mulheres trans* como sujeitos nos feminismos inicia-se nos EUA através de uma nova tendência denominada “Nova Política de Gênero”, difundida como uma “combinação de movimentos que englobam o transgênero, transexualidade, a intersexualidade e suas complexas relações com a teoria feminista e *queer*”. (BUTLER, 2004: 78). Como é apontado por Coacci (2014,) as discussões sobre o *transfeminismo*, enquanto uma corrente feminista, são iniciadas nos EUA, através dos artigos de Stone (2006), Feinberg (2006) e Koyama (2003, 2006). No Brasil, os debates acerca dessa corrente são iniciados por Aline Freitas em seu artigo “Ensaio de Construção do Transfeminismo” (2005). As autoras discutem a inserção das mulheres trans* como sujeito nos feminismos e as problemáticas que envolvem a não aceitação da sua inclusão nos espaços de discussão auto organizados por correntes feministas.

Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembléias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos (FREITAS, 2005:01).

Alves (2015) argumenta que devido aos conflitos existentes nos movimentos feministas e LGBT, o transfeminismo volta-se para as questões das pessoas trans* que, por falta de visibilidade e exclusão do movimento feminista e LGBT, se organizam para reivindicar emancipação e autonomia. A autora elucida que apesar dos conflitos com algumas tendências feministas, é importante pensar as demandas das pessoas trans* sob a ótica do

feminismo, pois as políticas desenvolvidas buscando o *empoderamento* dos sujeitos como centro de luta, contribuíram para as discussões das demandas dessas pessoas. Para Alves, o transfeminismo tem como principais pautas: questão das feminilidades; a despatologização das identidades trans*; *cissexismo* e a criação/utilização de um termo que designe as pessoas não-trans; separação da ideia de identidade de gênero, distinguido-a de sexualidade e a visibilidade das pessoas trans* não-heterossexuais; direitos reprodutivos (ALVES, 2015).

Assim como Carvalho e Carrara (2015) e Sander (2015), ao acompanhar as discussões das militâncias trans*, percebe-se também um conflito geracional. Analiso esse conflito como formas diferentes do “fazer político”. O movimento trans* da “primeira e da segunda onda” contribuiu com ações como campanhas e discussões amplas sobre saúde, cidadania e direito em diálogo com os agentes estatais. Já as “ciberativistas transfeministas independentes”, através de outra forma do “fazer político” buscam dar visibilidade para as vivências trans* como também disputam nos espaços acadêmicos “de modo a construir o protagonismo de modo a construir um protagonismo dentro das narrativas sobre o tema e consolidar uma perspectiva nativa dentro das ciências humanas” (SANDER, 2015:16). Consequência dessas reflexões é a incorporação dos usos dos conceitos “cis”, “cisgênero”, “cissistema” e “transfobia” tanto nos trabalhos acadêmicos como nas discussões diversas nos espaços do *Facebook*, *Twitter* e *blogs*. Dessa forma, percebo as militâncias nos espaços de ativismo organizado e nos espaços da internet como coexistentes, pois buscam construir estratégias para obter reconhecimento, respeito, cidadania e direitos para a população trans*.

2. Capítulo 2: Produzindo desigualdades através dos manuais, documentos civis e no espaço escolar.

Para que serve a designação do sexo? Serve para criarmos a pessoinha em questão para ser de determinado gênero, para ela própria, no momento em que entre para o mundo da linguagem, já se entender enquanto parte daquele gênero e desta forma ser lida pelas demais pessoas: se tem pênis, será criada para ser homem, se vagina, mulher. Isso coloca a questão: você é mulher / homem por conta do seu genital ou seu genital fez com que te criassem para ser mulher / homem? Você é porque sim ou porque te criaram pra ser? (MOIRA, Amara. De onde vem nossas disforias? Blog Transfeminismo. 2015).

17

No capítulo anterior, busquei apresentar as visões e as constantes reformulações do conceito de gênero com o intuito de mostrar como as visões construtivistas, biogilizantes e essencialistas são características utilizadas para diagnosticar o gênero das pessoas trans*. Nesse capítulo, inicio as discussões sobre os manuais médicos e como, através do diagnóstico de gênero sob o olhar do biopoder¹⁸, são produzidas normas jurídicas que limitam a cidadania das pessoas trans*.

Transexualidade é conceituado por Berenice Bento como “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”, ou seja, são pessoas que não se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascimento. Conforme exposto por Amara, a atribuição do gênero ocorre a partir da identificação com as genitálias. As normas de gênero que se institucionalizam, definem os sexos biológicos (mulher-vagina e homem-pênis), os quais são estabelecidos tanto para a identificação de gênero quanto para a orientação sexual. No caso da orientação sexual, a forma de se relacionar, sugere que cada mulher se relacione com um homem, pois suas respectivas genitálias se complementam e é por meio da relação sexual entre eles que é possível gerar novos seres humanos.

A interpelação médica, como explica Arán, “é um exemplo da naturalização dos processos de construção da identidade decorrente da repetição das normas constitutivas” (ARAN, 2007:134) Quando os médicos descobrem o sexo de qualquer pessoa, através dos

¹⁷ MOIRA, Amara. De onde vem nossas disforias? Disponível em: << <https://transfeminismo.com/de-onde-vem-nossas-disforias/> >>.

¹⁸ Biopoder é o “conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar em uma política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 1977:03). Ou seja, o biopoder consiste num conjunto de práticas estatais que são instrumentalizadas através de técnicas de poder que buscam exercer o controle sobre os indivíduos e suas populações, como uma forma de assegurar a partir do dado biológico humano, a propriedade sobre a vida e o direito.

exames de pré-natal, somos marcados por diversas normas que criam expectativas em torno do nosso gênero. Quando é elucidado qual é a nossa genitália – vagina ou pênis – as normas sociais se moldam para que o gênero entre em conformidade com a genitália. “A nomeação do sexo é um ato performativo de dominação e coerção que institui uma realidade social através da construção de uma percepção de corporeidade bastante específica” (ARAN, 2007:134)

Como é percebido, gênero torna-se uma categoria diagnóstica para as identidades trans*. A partir da década de 1950 ocorreram diversas publicações de artigos que buscavam compreender o “fenômeno transexual”, com o objetivo central de produzir um diagnóstico diferenciado de transexuais, gays, lésbicas e travestis. (BENTO, 2010) Ocorreram também diversas disputas quanto à conceitualização das transexualidades e travestilidades através de termos médicos, como “transexualismo”, “disforia de gênero”, “transtorno de identidade de gênero”. Os termos são alterados conforme as atualizações dos dois manuais e do código que orientam o diagnóstico da transexualidade: CID (Código Internacional de Doenças), SOC (Standart of Care – Normas de Tratamento da HBIQDA¹⁹) e o DSM (Manual de Diagnósticos e Estatísticos de Distúrbios Mentais). Para esses três documentos, as pessoas trans* são portadoras “de um conjunto de indicadores comuns que as posicionam como transtornadas, independente das variáveis culturais, sociais e econômicas” (BENTO, 2010:171), porém há algumas diferenças nas concepções acerca da “cura” das pessoas trans*.

A transexualidade é considerada como doença a partir de 1980, entrando para o rol de classificação do CID. No caso da transexualidade, ela está inscrita no Capítulo V "Transtornos mentais e comportamentais", na categoria F, grupo F60-F69 "Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto", integrando especificamente o grupo F64 "Transtornos da identidade sexual". A caracterização geral apresentada pelo CID define a transexualidade como

um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.²⁰

Esse documento apenas apresenta as características gerais e o código de referência do diagnóstico da transexualidade. O poder desse documento está na definição das identidades trans* como doença. O CID é construído conjuntamente com o SOC e o DSM que dão as

¹⁹ Refere-se à Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association. Essa associação é responsável pela produção das normativas do “tratamento” das pessoas trans*

²⁰ <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transexualismo>

indicações para classificar e caracterizar as transexualidades e travestilidades²¹.

O SOC é organizado pela HBIGDA e possui a função de sistematizar o conjunto de orientações para o “tratamento” da transexualidade. A transexualidade é compreendida como uma disforia, ou seja, a recusa pelo corpo, principalmente pelas genitálias. Para esse documento, o “tratamento” da transexualidade consiste na avaliação diagnóstica, terapia hormonal em adolescentes e adultos, psicoterapia, experiência de vida real e a cirurgia de transgenitalização. Para Benjamim, a “cura” da transexualidade encontra-se na cirurgia de transgenitalização que consiste na adequação da pessoa conforme o gênero que se quer que seja atribuído. No caso dos homens trans*, são realizadas a histerectomia, mastectomia e a construção do pênis; no caso das mulheres trans*, é realizada a cirurgia para construir a vagina. Na concepção desse documento, a pessoa que é “verdadeiramente” transexual, “sonha em ter um corpo de homem/mulher que será obtido pela intervenção cirúrgica, que lhe permitiria, ao mesmo tempo, desfrutar o status social do gênero com o qual se identifica e exercer a sexualidade apropriada, com o órgão apropriado”.

O DSM²², influenciado pelos discursos psicanalíticos de Robert Stoller, opera de forma diferente o “tratamento” para as pessoas trans*. Nesse caso, a cirurgia é uma questão abordada de forma tangencial, ou seja, para esse documento a cirurgia não é a principal forma “terapêutica” para “curar” a transexualidade. O documento preocupa-se centralmente em “diagnosticar” a transexualidade através das observações das manifestações do “Transtorno de Identidade de Gênero” na adolescência e na fase adulta. Assim, se dedica a apresentar diversos indicadores para medir o grau das identidades trans*, como a insatisfação com o corpo e o sofrimento pela inadequação. Como Sander aponta, “o sentimento de inadequação faz parte do cotidiano de muitas pessoas trans*. No entanto, elas defendem que o sofrimento e o incômodo não vêm simplesmente das experiências diversas dos sexos/gêneros, mas muito mais do preconceito e da estigmatização, que impedem a vivência plena e a realização de suas potencialidades” (2015:26).

Ao explicar sucintamente quais são as características desses três documentos, busquei apresentar seus poderes normativos que possuem impactos profundos nas construções das subjetividades e nas vidas das pessoas trans*. Como Bento (2010) explana, ao considerar a transexualidade como uma doença, automaticamente as subjetividades trans* são consideradas como universais, permitindo que todos os Estados se orientem por esses

²¹ Sobre a história das categorias médicas referentes à transexualidade e travestilidade, ver Bento (2006, 2008) e Júnior (2011)

²² Sobre as mudanças do DMS ver Russo (2006), Leite Júnior (2011) e Sander (2015).

documentos.

Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária. (BENTO, 2010:174)

Em 2012 inicia-se uma grande campanha internacional pela despatologização das identidades trans*. A mobilização tem como principais reivindicações:

- 1) retirada do Transtorno de Identidade de Gênero (TIG) do DSM-V e do CID-11;
- 2) retirada da menção de sexo dos documentos oficiais;
- 3) abolição dos tratamentos de normalização binária para pessoas *intersexo*;
- 4) livre acesso aos tratamentos hormonais e às cirurgias (sem a tutela psiquiátrica);

e

5) luta contra a transfobia, propiciando a educação e a inserção social e laboral das pessoas transexuais.

No Brasil, a adesão à Campanha iniciou-se em 2010 através da publicação de um manifesto organizado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que se somou à campanha internacional “Stop Pathologization 2012” (BENTO; PELÚCIO, 2012). Apesar da adesão de agentes da saúde e pesquisadores, o tema ainda é controverso dentro dos espaços das militâncias trans*. Algumas ativistas se preocupam com a possível perda do acesso gratuito ao Processo Transexualizador. Carlos, Ana e Rosa²³, durante as entrevistas, mencionam essa questão. Seus discursos partem da percepção que o acesso à cidadania só se encontra nas políticas públicas de saúde, demonstrando receio em relação às ações de despatologização, pois acreditam que as responsabilidades do Estado diante dos direitos das pessoas trans* ficariam ainda mais reduzidas. Ana argumenta que não se considera doente, “*mas enxergo como uma forma tática de garantir minha visibilidade perante o Estado*”. Na direção oposta, Hailey Kaas, Beatriz Pagliarini e Amara Moira²⁴, em *postagens* públicas na internet, e nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, defendem as campanhas contra a despatologização e articulam no site do *Transfeminismo* textos coletivos para debater essas questões.

Na visão de Bento e Pelúcio (2012) a patologização não garantiu direitos, de fato, e impôs um modelo normativo para pensar as identidades trans*, aprofundando a precariedade da cidadania dessas pessoas:

²³ Carlos, Ana e Rosa são nomes fictícios para manter o sigilo das/o interlocutoras/e.

²⁴ Em direção oposta, Kailey, Beatriz e Amara pediram para manter seus nomes públicos por serem militantes transfeministas com bastante visibilidade.

Concordar que o gênero continue sendo diagnosticado é permitir que os seres construídos como abjetos devam continuar habitando as margens do Estado. A transformação da concepção de gênero que atualmente opera as políticas do Estado depende de ações dos atores sociais envolvidos na produção e disputa de discursos sobre normalidade e anormalidade. O Estado não é ente substantivado, uma força abstrata que paira sobre nossas cabeças e tem o poder absoluto. A concepção de gênero que orienta as ações do Estado em sentido ampliado e as questões referentes aos processos transexualizador e travestilizador, em particular, não obedecem a uma lógica ahistórica. O Estado ganha sua concretude nas ações de sujeitos históricos. Fazemos o Estado a cada ato em que o experienciamos. Por exemplo, na condição de professoras(es), cada vez que entramos em sala de aula ou participamos de reuniões em departamentos e na vida universitária, estamos fazendo o Estado. Da mesma forma que não existe Justiça, mas práticas jurídicas, o Estado não está acima do mundo da vida. (BENTO, 2010:183)

2.1. Processo Transexualizador e as alterações de registros civis: de que tipo de cidadania estamos falando? ²⁵

O laudo é a materialização exemplar da política da condescendência que a cisgeneridade é capaz de estabelecer com a transgeneridade. O máximo que a política da condescendência nos garante é a cidadania cirúrgica. Isso é o que nos dizem quando afirmam que uma pessoa “transexual verdadeira” precisa fazer determinado procedimento ou (principalmente) as cirurgias genitais. Uma pessoa trans não é vista aqui enquanto um ser humano dotado de todas as demais características que formam um sujeito racional e/ou universal (o Homem) pelo simples motivo de que ora se trata de uma pura consciência desprovida de corpo (transexual) ora de corpo enquanto carne sem consciência (travesti). Em nenhum dos casos existe a possibilidade da tomada da consciência dos nossos corpos enquanto sujeitos. É precisamente aí que o cissexismo atua: é nesta disjunção que a cisgeneridade obrigatória é capaz de alienar os nossos próprios corpos e identidades. É aí também que entra uma discursividade paternalista, que pressupõe que pessoas transgêneras não podem consentir sobre suas próprias escolhas: elas precisariam sempre serem faladas por profissionais psi que desvelariam sua verdade. Profissionais, estes, que por sua vez, garantem a própria unicidade de suas identidades cisgêneras: não é fato banal de que empiricamente serem estas as pessoas que ocupam estes espaços institucionais. (BAGAGLI, Beatriz. O que é um Laudo? Um pouco sobre a recusa à cidadania cirúrgica. Blog Transfeminismo. 2014).²⁶*

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina, através da resolução 1482/97, descriminaliza as cirurgias de transgenitalização, que antes, eram consideradas uma prática ilegal pelo Código Penal por consistirem em uma “mutilação de órgãos”. Com a aprovação

²⁵ Agradeço à Prof^a. D^a. Maria Filomena Gregori, a Larissa Nadai e a Cilmara Veiga pelos debates instigantes na disciplina “Pesquisa Antropológica”, que contribuíram para as análises desse tópico.

²⁶ BAGAGLI, Beatriz. O que é um Laudo? Um pouco sobre a recusa à cidadania cirúrgica. Disponível em: << <https://transfeminismo.com/o-que-e-um-laudo-um-pouco-sobre-a-recusa-a-cidadania-cirurgica/> >>.

dessa normativa, foi autorizado que hospitais públicos universitários realizassem programas e cirurgias para as pessoas trans* que desejarem fazer a cirurgia. A decisão foi baseada em dois princípios: “a busca da integração entre o corpo e a integridade sexual psíquica do interessado e pela defesa dos princípios de autonomia e justiça” (BRASIL, 1492/97).

Através dessa resolução, hospitais universitários criaram programas interdisciplinares com o intuito de suprir a demanda das mulheres trans* e travestis que desejam realizar a cirurgia. Porém, somente essas iniciativas não foram e não são suficientes, é preciso pensar em políticas de atendimento integral à saúde, destinadas a essas pessoas. Dessa forma, a Secretaria Especial de Direitos Humanos conjuntamente com o movimento social (mais especificamente, o Coletivo Nacional Transexual), pesquisadores e agentes da saúde, criam o Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, buscando criar políticas públicas voltadas à saúde. Dentre as diversas discussões, a prioridade seria debater formas de vincular as políticas de saúde e a cirurgia de transgenitalização no SUS. (ÁRAN, Zaidhaft e Murta, 2008; Almeida e Murta, 2013)

Em 2004, o governo federal lança o programa nacional “Brasil sem Homofobia” como uma forma de firmar o compromisso político com o movimento LGBT para promover políticas públicas que efetivassem os seus direitos. Dentre os compromissos do programa, a efetivação das políticas de saúde era uma das pautas prioritárias. Diante disso, em 2006, o Ministério da Saúde conjuntamente com o Coletivo Nacional Transexual, pesquisadores e agentes da saúde, organizaram a primeira reunião denominada “Processo Transexualizador”. Como ainda não existia uma regulamentação do processo de redesignação sexual, esse grupo de trabalho procurou desenvolver políticas que acompanhassem todo o processo de adequação de gênero, para que todas as etapas fossem financiadas pelo SUS.

Após diversas reuniões entre movimento social trans*, agentes estatais e pesquisadores, em agosto de 2008 foi instituído pelas portarias 1.707 e 457, o programa intitulado como “Processo Transexualizador” realizado pelo SUS garantindo o “atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormoterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.”²⁷ Em 1 de dezembro de 2011, o Ministério da Saúde, aprimorou o processo transexualizador, instituindo no âmbito do SUS

²⁷ Informações disponíveis em: << <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador> >>.

a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais por meio da Portaria n. 2836.

O Processo Transexualizador abrange as seguintes etapas: terapia psicológica – que dura em torno de dois anos; terapia hormonal; teste de vida real; teste de personalidade; exames médicos rotineiros. Todas essas etapas compõem o laudo médico que atestam se a pessoa é “verdadeiramente transexual”, garantindo a cirurgia de transgenitalização que depende de uma lista de espera do SUS.

A normativa não possui atendimento em todo país. Pela portaria, somente hospitais universitários participam do programa, oferecendo serviço ambulatorial²⁸ e hospitalar²⁹. Das 27 unidades federativas (sendo 26 estados e um distrito federal), somente 5 estados oferecem esses serviços: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ – RJ), Hospital de Clínicas de Porto Alegre (UFGRS – RS), Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina FMUSP (USP – SP) e Hospital das Clínicas/ Universidade Federal de Pernambuco (PE).

Existem também quatro serviços habilitados pelo Ministério da Saúde que realizam atendimento ambulatorial: Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE) no Rio de Janeiro, Ambulatório do Hospital das Clínicas de Uberlândia em Minas Gerais, Centro de Referência e Treinamento DST- AIDS em São Paulo e o Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais (CPATT) do Centro de Especialidades Metropolitano em Curitiba no Paraná. Todos esses órgãos mencionados são mantidos pelas verbas federais. Há também outras redes de saúde que prestam serviços ambulatoriais criados pelos estados, como o Ambulatório AMTIGOS do Hospital das Clínicas de São Paulo, Ambulatório para Travestis e Transexuais do Hospital Clementino Fraga em João Pessoa, Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecto – Parasitárias e Especiais (UREDIFE) em Belém e o Ambulatório de Saúde Integral Trans do Hospital Universitário da Federal de Sergipe na cidade de Lagarto.

Como podemos notar, são pouquíssimos hospitais e ambulatórios para oferecer os serviços de atendimento para o “Processo Transexualizador”. Por meio da minha circulação em eventos e curta passagem no Centro de Referência de Campinas, conheci pessoas que migraram de outros estados para o estado de São Paulo com o intuito de iniciar o “Processo Transexualizador”. Ao serem perguntados, sobre o motivo da mudança, as pessoas elencaram a falta de órgãos ambulatoriais, além da falta de apoio parental para dar

²⁸ O serviço ambulatorial consiste no “acompanhamento clínico, pré e pós-operatório e hormoterapia”.

²⁹ Nesse caso, são os serviços que oferecem a “realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório”.

início à adequação de gênero.

No 1º Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e no evento do dia da Visibilidade Trans* organizado pelo programa Transcidadania, ocorreram mesas de discussão sobre o atendimento nos centros de referências. Em ambos os eventos, as pessoas questionavam os poucos profissionais para atendimento. Além disso, houve constantes relatos da falta de preparação dos profissionais quanto ao respeito ao nome social.

No caso da cidade de Campinas, existem dois Centros de Referência: Centro de Referência "Dra. Silvia Brandão Bertazzoli Bellucci" (Centro de Referência DST – AIDS) e Centro de Referência LGBT. No caso do CR LGBT, há assistência de terapia e assistente social. O atendimento ocorre através de agendamento prévio. Após o atendimento no CR LGBT, as profissionais encaminham as pessoas trans* para postos de saúde para que tenham acesso à medicação hormonal, aos profissionais médicos e aos exames rotineiros. Os dois centros de referência da cidade não estão listadas no programa, pois dependem da verba do município para manter todos esses serviços. Assim, como conheci pessoas que foram para a capital do Estado de São Paulo para realizar a adequação de gênero, em Campinas, conheci dois homens trans* que resolveram morar na cidade para conseguir todo o atendimento público necessário para iniciar o programa “Processo Transsexualizador”.

No período que estive em contato com as profissionais desse local, notei que o tratamento difere um pouco dos relatos que ouvimos do ambulatório de São Paulo, onde o nome social é sempre respeitado e as pessoas se sentem bem acolhidas. Sobre o CR DST-AIDS, das pessoas com quem conversei sempre mencionaram que os profissionais são bem preparados.

Almeida e Murta (2013) ao discutirem sobre as políticas de saúde para as mulheres e homens trans*, refletem sobre os limites do processo transsexualizador, destacando algumas questões que também surgiram no trabalho de campo realizado durante a pesquisa

há uma base normativa, mas que não é definida por lei; não são claras as atribuições e as competências de âmbito estadual e municipal; a possibilidade de influência do MS na sua implementação regionalizada é restringida pelos limites do pacto federativo, entre outras influências; há uma centralização dos atendimentos nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste; os recursos financeiros e de pessoal das unidades de saúde são limitados para o atendimento da crescente demanda; o acesso de novos/as usuários/as na maioria dos programas é extremamente limitado; há pouquíssimo controle social incidindo no que é desenvolvido no âmbito das unidades de saúde prestadoras de serviços a transexuais e travestis no país; o tempo médio de realização de modificações corporais pode chegar a quatro vezes mais do que o previsto de espera nos marcos normativo-legais, em alguns casos. (ALMEIDA E MURTA, 2013:392)

Para as pessoas trans*, o processo transexualizador é caracterizado por ser momento árduo devido às exigências dos poderes psi. Conforme abordado anteriormente, existem vários discursos médicos que determinam se a pessoa é “verdadeiramente transexual”, uma vez que a orientação médica não parte de práticas baseadas no princípio da dignidade humana em procurar respeitar, apoiar e orientar as pessoas da melhor forma, mas trata-as como doentes. É preciso atentar-se que nem todas as pessoas desejam ou necessitam realizar as mudanças corporais. “Tal necessidade se expressa em experiências sócias marcadas por intenso sofrimento, interdição aos direitos humanos mais elementares e exclusão, ocorridas muitas vezes desde a infância.(...) Assim, para essas pessoas, a diminuição ou a supressão do sofrimento só se torna possível pela realização de modificações corporais e também pelas mudanças de nome e sexo no registro civil original.” (ALMEIDA & MURTA, 2013:388)

2.2. Alteração dos documentos

Ter as suas identidades negadas não é apenas um obstáculo que as pessoas trans* encontram no percurso de suas vidas. Além das normas orientadas pelo biopoder- percebido nesse trabalho por meio desses saberes médicos e psis que gestam e regulam os corpos, as identidades e a vida - essas pessoas ainda encontram a dificuldade em se inserir em diversos espaços sociais em razão de aspectos jurídico-legais. Um reflexo dessa questão constitui a retificação do nome em conformidade com o gênero construído. Como o gênero é determinado ao nascimento, em relação direta com o sexo, o nome de qualquer indivíduo se dá em conformidade com o sexo biológico de nascimento. Ou seja, nossos nomes, assim como nossos corpos, são marcados pelo gênero. Assim, as pessoas trans* vivenciam o conflito de seus documentos não estarem em conformidade com a sua identidade de gênero atual.

Todos nós, em diversos momentos, precisamos apresentar nossos documentos para que aja uma “confirmação” da nossa identidade. A confirmação se constrói em duas dimensões: (i) a relação entre o nome e o documento é legitimada institucionalmente através do RG. Esse documento é um papel com timbre oficial, que legitima e dá fé: a foto e o nome são correspondentes ao registro identitário de qualquer cidadão; (ii) o processo de identificação das pessoas se constroem em um espaço intermediário aos documentos, produzidas pelas dinâmicas das relações sociais que perpassam pelas correlações entre o nome e o corpo generificado, que refletem expectativas das normas cis-heteronormativas.

Para as pessoas trans*, esse é um âmbito muito delicado, pois ocorre a não identificação com o nome que lhes foi dado; e, a construção do sujeito social vem das expectativas cis-heteronormativas que implicam a conformidade do sexo biológico com comportamento social, desejo e construção do gênero, nas quais esses atores não se identificam. Assim, as pessoas trans* precisam passar pelo diagnóstico do seu gênero para conseguir os direitos de alterar seus documentos.

Ventura (2010) explica que, conforme consta na Lei nº. 6015/2013, o sexo legal ou jurídico é entendido como aquele que deve obrigatoriamente constar no documento de registro do nascimento de uma pessoa, lavrado no registro civil das pessoas físicas. O “sexo” é um dos elementos indispensáveis da identidade civil e, a princípio, imutável, só cabendo sua alteração em razão de erro cometido no momento do registro. A autora explica que as noções de sexo, identidade de gênero e orientação sexual, no âmbito jurídico se baseiam nas formulações das normas da medicina, adotando a concepção interacionista. Ventura argumenta que a junção entre esses dois campos são efeitos da biopolítica e do biopoder explicitado por Foucault (1976) que atuam fortemente nos campos da sexualidade.

Para a autora, na visão do direito, as ações da biopolítica podem possuir efeitos negativos e positivos. “A biopolítica possui dimensões positivas e negativas no âmbito da preservação da autonomia dos sujeitos e ao acesso aos direitos da saúde pública. Os efeitos positivos da biopolítica são expressos quando o Estado, por meios dos seus poderes, busca exercer sua função protetora e promotora do direito à saúde, regulamentando e implementado o uso adequado das biotecnologias com o objetivo de prevenir danos irreversíveis ou riscos para a integridade física e moral das pessoas” (VENTURA, 2010:31).

Vieira (2014) explica que o “princípio da dignidade humana e a inviolabilidade da intimidade, consagrado pela Constituição Federal, no art. 1, III, art. 3, IV e art. 5, X, são fundamentais para a promoção do bem de todos, sem preconceito ou discriminação. Adequar nome e gênero são direitos de personalidade, portanto, imprescindíveis para o desenvolvimento da pessoa em sociedade”.

Assim, o Estado ao formular leis que regulamentam a alteração do nome e do sexo no registro civil, contribuem para o bem estar e o acesso à cidadania e aos direitos pelas pessoas trans*. Temos como exemplo a Argentina e a Espanha, que formularam leis de identidade de gênero com o intuito de diminuir os impactos da vulnerabilidade que essa população sofre. No Brasil, ainda não há nenhuma lei que autorize a alteração dos documentos civis.

Hoje, mesmo com a portaria 2.803 (referente ao Processo Transexualizador), não há garantias de que a alteração do nome seja efetuada por parte das instâncias jurídicas. Todo o processo vai depender da vara e do juiz em questão: “Quanto mais próximo o legislador está de uma concepção patologizante da transexualidade, maiores serão as exigências para que a pessoa transexual tenha direitos; e quanto maior a compreensão de que a transexualidade se insere no campo da identidade de gênero e dos direitos humanos, menores serão os obstáculos” (BENTO, 2008:71).

Das pessoas entrevistadas na pesquisa, atualmente, somente Beatriz conseguiu a autorização para alterar seus documentos civis. Nos documentos de acesso, através de relatos via internet, algumas pessoas trans* conseguiram a mudança dos documentos e outras não. Inicialmente, não há garantias em lei pela mudança, por não existir uma lei específica que garanta os direitos mencionados às pessoas trans*. Desta forma, a mudança depende da análise do juiz encarregado de cada caso específico. Pela portaria 2.803, a mudança de documentos só ocorre se houver a cirurgia de transgenitalização, porém há casos de pessoas que não precisaram comprovar a cirurgia e tiveram seus documentos alterados. É importante ressaltar que há três tipos de situações diferentes para a alteração dos documentos de registro civil: i) há pessoas que realizam a cirurgia e conseguem alterar seus documentos; ii) há pessoas que conseguem o laudo médico e, sem realizar a cirurgia, conseguem alterar seus documentos e iii) no caso mais recente e muito importante, há pessoas que não possuem o laudo e nem cirurgia, e conseguem alterar seus documentos. Esse último caso ocorreu com Neon Cunha, uma mulher trans de 44 anos que conseguiu a autorização da retificação do nome e do gênero. É uma jurisprudência muito importante, pois serve como argumento para centenas de pessoas que desejam alterar seus documentos sem passar por qualquer modificação corporal ou até mesmo, possuir o laudo médico.³⁰

Em casos anteriores ao de Neon, para a alteração dos documentos, as instâncias estatais partem do princípio de autorização provido por entidades médicas: o saber médico fornece as bases legais do “mundo da vida”. Como não há uma legislação que indique qual procedimento jurídico deve ser tomado nesses casos, os legisladores tomam suas decisões conforme a orientação do Conselho Federal de Medicina (CFM). Assim, partem do princípio da autorização e não do reconhecimento. Em casos excepcionais, é necessário, inclusive, o laudo que comprove que a pessoa é “verdadeiramente transexual”.

2.3. Nome Social: direito, gambiarra ou medida paliativa?

³⁰ Disponível em: << <http://www.nlucon.com/2016/11/justica-autoriza-pela-primeira-vez.html> >>.

Atualmente, nas instâncias públicas, existem decretos municipais, estaduais e federais que atestam a inclusão do nome social para pessoas transexuais e travestis. Por conceito, o nome social:

É o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento. (BENTO, 176: 174)

Há leituras que classificam o nome social como uma espécie de “gambiarra” jurídica, no qual só há o exercício de uma “cidadania precária”, uma vez que não há a devida atenção para reintegração merecida dos direitos das pessoas trans*. Bento analisa que isso é uma “consequência da cultura política brasileira de lidar com as demandas das populações excluídas” (2014:146).

Para Leila Dumaresq³¹, o Nome Social existe, sendo um “*meio de ter o direito*”, porém “*não é feito para usá-lo*”, pois há dificuldades em suas aplicabilidades. Exemplo disso é que, em algumas instâncias, há o reconhecimento no papel do Nome Social, porém os agentes estatais não aderem a esse direito.

Em uma das minhas idas ao Centro de Referência de Campinas, em conversas informais, algumas pessoas me retrataram que mesmo em provas para ocupar cargos na administração pública, os órgãos não respeitam o nome social: “*em algum canto dos papéis a funcionária acaba por anotar o nome certificado pelo registro de identidade*”.

Apesar das dificuldades dos agentes estatais em seguir com as normativas do Nome Social, Leila entende o Nome Social como uma ferramenta que pode ser utilizada em seu favor, uma vez que funciona como prova do “teste de vida”³². Essa ferramenta contribui para a comprovação, em meio aos trâmites burocráticos para a alteração dos registros civis. O “teste de vida” faz parte de um conjunto de documentos necessários para o laudo médico.

Através das pesquisas realizadas, consegue-se constatar alguns fatores que impedem as pessoas trans* de ocuparem posições no mercado de trabalho. Primeiro, a desvantagem na hora de se candidatar a uma vaga, que pode ser dificultada pela escolaridade da pessoa trans*: em alguns casos não se alcança o término dos estudos, devido ao estigma

³¹ Leila é ativista transfeminista, formada em Filosofia pela Unicamp e autora do *blog* Transliteração. Como mencionado na introdução dessa monografia, conheci Leila no grupo de estudos sobre gênero. Agradeço pelas trocas e constantes diálogos que enriqueceram esse trabalho. Esse diálogo sobre o nome social ocorreu no *Facebook* em dezembro de 2014.

³² Teste de vida é “um procedimento realizado por psicólogos que acompanham as pessoas transexuais durante o período mínimo de dois anos, tempo para que o laudo da disforia de gênero seja emitido. Além disso, estas também funcionam como “provas visuais” da identidade de gênero na medida em que cumprem a função de demonstrar para os juízes que os indivíduos de fato vivem publicamente o gênero pleiteado” (FREIRE, 2015:93).

das identidades trans*³³, outras conseguem terminar os estudos do ensino médio e o ingresso na universidade. O sucesso nos estudos depende, em muitos casos, do momento do início do processo transexualizador da pessoa trans*. Outro fator a ser analisado é a classe social da pessoa trans* e se há apoio familiar quando se inicia o processo de transexualização.

Sabe-se que para uma pessoa fazer a carteira de trabalho são necessários documentos de identificação como Registro Geral (RG), CPF (Cadastro de Pessoa Física) e comprovante de endereço em seu nome. Hoje, em qualquer âmbito laboral – seja do mais precário ao trabalho formal - é necessário alguma forma de identificação da pessoa.

Assim, no momento da entrevista, qualquer empregador analisa os documentos de registro civil e o currículo com o intuito de comprovar suas experiências. As pessoas trans* geralmente experimentam, nesse momento, uma experiência violenta, pois não só os documentos não condizem com sua identidade e o constrangimento ocorre pela falta de entendimento das pessoas do que é a experiência transexual. Nesse momento, não há garantias de que a pessoa consiga vaga de emprego, mesmo que tenha experiências para o cargo. A patologização das identidades trans* proporciona essas circunstâncias que geram status de estigma. Essa posição estigmatizada gera a falta da inserção no mercado de trabalho, levando algumas das pessoas trans* ocuparem trabalhos precários e/ ou nos mercados do sexo.

Diante das questões expostas, procurei analisar como os documentos de identificação estão implicados na construção e na legitimidade que as pessoas trans* precisam para garantir seus direitos e, assim, expressar sua cidadania plena.

Documentos, como explica Peirano, “identificam cada indivíduo de uma coletividade, geralmente definida pelo Estado nacional. (...) Precisamos que os documentos digam quem somos. Mas exatamente porque externos aos indivíduos, expedidos pelo Estado, os documentos permitem contar e agregar uma determinada população. Os documentos são objetos indispensáveis sem os quais não conseguimos demonstrar o que somos. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa auto identificação” (2006:145).

No que se refere à experiência transexual, as pessoas não conseguem transmitir quem realmente são pelas dificuldades que as instâncias estatais colocam para a mudança dos documentos. Peirano explica que “tendemos a considerar que os documentos são papéis congelados no tempo e, no entanto, eles estão em constante mudança, tanto individualmente, como na inclusão de informações” (2009:69). Assim, como no caso das pessoas trans*, ao nascer não se identificaram com o nome, e respectivamente, nos documentos que diziam por eles, quem seriam.

³³ As dificuldades dos ambientes escolares serão abordadas no próximo capítulo.

O primeiro documento que é necessário alterar é a certidão de nascimento. Nela contém os dados do nascimento, o nome, filiação e o sexo. Não contém foto, porém, é o documento crucial para a sequência de documentos que serão produzidos e exigidos para legitimar a cidadania e o controle estatal. Quando a pessoa transexual consegue a averbação para a mudança dos documentos, o primeiro documento a ser alterado é a certidão de nascimento. Após esse, a pessoa consegue alterar os demais documentos: RG, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor, CNH, passaporte. Não são alterados os números do cadastro de cada documento, o que se altera são os espaços do nome e do sexo.

Após a retificação da certidão de nascimento, a pessoa conseguirá alterar o RG. Acredita-se que seja o documento mais impactante na mudança, pois, diferentemente da certidão de nascimento, o RG possui o espaço para a foto. A foto não implica somente a identificação visual, mas produz subjetividades, personalidades e performance das pessoas. Ali, por meio e através desse documento, as pessoas “conferem” se a pessoa diz ser quem é.³⁴

Passada a alteração do RG, a pessoa consegue alterar o CPF e o título de eleitor, podendo assim, alterar a carteira de trabalho. Esse documento possui finalidades ainda mais particulares, pois estão imbricados à trajetória da luta pela consolidação das leis trabalhistas (CLT), vinculadas às lutas de cidadania no Brasil.

Percebe-se que os documentos de identificação produzem e transformam uma rede de significados que vão além dos sentidos normativos que esses documentos exprimem enquanto controle estatal. Os documentos possuem um poder de criar sujeitos através dos papéis. “O documento, legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível. (...) O documento *faz* o cidadão em termos performativos e compulsórios. Essa obrigatoriedade legal tem seu lado inverso: o de impedir o reconhecimento social do indivíduo que não tenha documentos” (PEIRANO, 2006:137).

Assim, é possível compreender qual teia de significados está por trás das mudanças dos documentos das pessoas trans*: busca da legitimidade de suas identidades através do saber médico e dos aparatos estatais, para conseguirem afirmar suas subjetividades e poderem ter acesso e direitos para exercerem os âmbitos da cidadania.

A carteira de trabalho é um documento “comprobatório da cidadania” (PEIRANO, 1986:57). Como explica Marshall, há três dimensões da cidadania: civil, social e política. A cidadania civil é “constituída pelos direitos necessários ao exercício da liberdade individual, como liberdade de ir e vir, e liberdade para contratar (como firmar contrato de trabalho)”. No que diz respeito à cidadania social, ela é o “conjunto de direitos e obrigações que possibilita a

³⁴ Cf. Freire (2015).

participação igualitária de todos os membros de uma comunidade. Permite que as pessoas compartilhem da herança social e tenham acesso à vida civilizada segundo padrões prevalentes na sociedade. A cidadania é um meio de alcançar a interação social diante as desigualdades proporcionadas pelo mercado” (MARSHALL: 1967:79).

O acesso à cidadania é ocultado para as pessoas trans*, pois as instâncias estatais, aparentemente, negam e dificultam o acesso aos seus papéis de cidadãos nos espaços sociais. Classificar as identidades trans* como doença, a necessidade de atestar o laudo – comprovando que são doentes -, e, assim, conseguir um juiz que consiga entender suas demandas, são trajetórias de violência. A negação do indivíduo político, social e civil de ter o livre direito de exercer sua personalidade e ter acesso aos ativos materiais que as instâncias estatais oferecem como saúde, educação, trabalho e assistências sociais. Essa posição só contribui para a estigmatização da vivência trans*, que proporciona o aprofundamento da vulnerabilidade social.

Pensar qual o lugar desses documentos no trabalho etnográfico e do ponto de vista cultural, do significado e do sentido dos documentos para as pessoas trans*, implica em pensá-los como peças etnográficas que se tornam “construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte- como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores- quanto por aquilo que conscientemente se delimitam” (VIANNA, 2014:47). Os documentos também pressupõe que há “algo que selará um destino, sob a forma de sentença final, (...) algo que deve permanecer e durar” (VIANNA, 2014:47). No caso específico das pessoas trans*, os documentos “selam” uma identidade que não era reconhecida, modificando uma vida. “Produz um mundo social” (VIANNA, 2014:48), onde os trânsitos com as pessoas, e novas relações sociais serão produzidos. Além de produzir um novo cidadão que terá acessos aos ativos sociais que antes foram negados.

A possibilidade de alterar os documentos, não só produz sujeitos, mas condiciona a visibilidade e reconhecimento das pessoas trans*. É necessário enfatizar que essas pessoas existem, têm seu cotidiano uma luta pelo reconhecimento burocrático, pois precisam dele para terem acesso à cidadania e principalmente ao mercado de trabalho.

2.4. Precisamos discutir a “ideologia de gênero”.

Mas, como é possível que o colégio não foi capaz de proteger Alan da violência? Sejamos breves: o colégio é a primeira escola de violência de gênero e sexual. O colégio não só não pôde proteger Alan, senão que facilitou as condições de seu assassinato social. (...) O colégio é a primeira frente da guerra civil: o lugar onde se aprende a dizer nós não somos como elas. O lugar onde se marca os vencedores e os vencidos com um signo que assemelha a um rosto. O colégio é um ringue onde o sangue se confunde com a tinta e onde se recompensa a quem sabe fazê-las escrever. Quê importa os idiomas que são ensinados ali, se a única língua que se fala é a violência secreta e surda da norma (PRECIADO, Paul B. Uma escola para Alan. Blog Transfeminismo. 2017).³⁵

Ao falar sobre normas que se consolidam em forma de poder que mediam as relações sociais, é preciso atentar-nos a diferentes dispositivos que contribuem para a expansão desse poder. Um dos exemplos que podemos citar desses diferentes dispositivos são as instituições. As instituições podem ser consideradas como instrumentos que contribuem para a proliferação dessas normas. Neste capítulo, tratarei de uma instituição, a escola, por ser um espaço em que as normas cis-heteronormativas ganham formas que produzem desigualdades e essas têm consequências na entrada das pessoas trans* no mercado de trabalho.

Conforme discutido no capítulo anterior, pelas normas construídas pelos manuais médicos, as experiências das transexualidades e travestilidades são consideradas doenças. A categorização médica contribui para a hierarquização dos marcadores sociais, utilizados como princípios de desigualdade, que definem quais vidas valem mais do que outras, reduzindo a “capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicações” (BENTO, 2006:128).

Especificamente no DSM IV, a escola é transformada em um agente negociador e controlador das normas de gênero e de sexualidade, que informa os pais sobre os “comportamentos desviantes”. No espaço escolar, as diferenças e pluralidades são mecanismos produtores de desigualdades, preconceitos e violências. Como Bento aponta, a escola funciona como uma das “principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2006:129).

Em diversos casos, a violência transborda de tal maneira que leva essas pessoas a abandonarem o espaço escolar. Bento mostra que não existe um processo de evasão, mas

³⁵ PRECIADO, Paul B. Uma escola para Alan. Disponível em: << <http://transfeminismo.com/uma-escola-para-alan/> >>.

expulsão. “Na escola, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contestam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar os termos, pois ao apontar com maior precisão o espaço escolar, teremos como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela transfobia” (BENTO, 2006:129).

Para mostrar as experiências escolares das pessoas trans*, trago seis relatos das entrevistas realizadas na primeira pesquisa de iniciação científica, no período de 2014-2015. Conforme apontado na Introdução, foi utilizada como uma das ferramentas metodológicas, analisar as estórias de vidas das pessoas entrevistadas. A intenção foi inter cruzar as informações contidas nas entrevistas umas com as outras para aprofundar a compreensão das experiências individualizadas, tendo em vista, porém, que tal movimento produz, ao mesmo tempo, contextos que contribuem para abranger recorrências e esclarecimentos (KOFES, 1994).

Em uma das minhas passagens no CR LGBT de Campinas, conheci Ana. Fui apresentada como a “estudante da Unicamp que faz Ciências Sociais e tem uma pesquisa sobre pessoas trans* e trabalho”. “*Então bixa, você tem que escutar a minha história, mas só conto se você me falar do seu mapa astral*”. Após esse primeiro contato, eu e Ana começamos a conversar quase diariamente, em todas as vezes que fui ao CR. Nosso contato se estendeu através da internet e mensagens de celular, e nos encontramos sempre em atividades que discutem questões LGBT.

Ana, com 27 anos, negra, *rainha ébano*, como se denomina, *porque tem que se amar, ninguém ama travesti facilmente*, alta, sempre alegre e muito preocupada com todas as amigas. “*Vim aqui conversar com Bárbara para ajudar minha amiga a dar entrada nos papéis para a mudança dos documentos. Eu já dei entrada no meu. Chega dos outros chamarem a gente no masculino*”.

Antes de Ana contar sua história, perguntou da minha. relatei brevemente sobre minha trajetória, como uma forma de criar laços entre nós duas. Não queria que a conversa fosse algo mecânico ou até mesmo achar que queria contato somente pelos interesses da pesquisa. Essa foi uma das questões que mais me preocupou ao longo da pesquisa, como abordado na introdução. Após contar um pouco do *babado da vida*, expliquei o que era meu projeto e quais eram minhas questões. Ana olhou fixamente pra mim e disse:

Apesar de você ter um mapa astral bem treteiro, acredito que você seja uma boa pessoa. Tenho uma amiga, a Rosa, que vai adorar conversar com você. Eu vou participar da pesquisa porque quero mostrar que somos muito além de pesquisas sobre AIDS. Temos a necessidade urgente de discutir escola e trabalho.

Logo em seguida, contou rapidamente como foi sua vida: vinda do Nordeste, família muito humilde. Pai, mãe e mais duas irmãs. Vida no corte de cana, mãe empregada doméstica. A irmã mais velha ajudava a mãe na casa em que trabalhava. A irmã mais nova e Ana ajudavam nas tarefas domésticas da sua própria casa. Ao ser perguntada quando iniciou o processo de identificação do gênero feminino, Ana conta que se entende como mulher desde que nasceu.

Olhava pra minha mãe e minhas irmãs e me identificava na imagem delas. Sentia um profundo incomodo com minhas roupas de menino. Sempre fui afeminada e isso incomodava muito meu pai. Quando todos saíam, vestia as roupas da minha mãe. Gosto do seu estilo, sempre com cabelo arrumado, roupas coloridas. Até que um dia, minha irmã mais nova me viu vestida, ficou em choque, não falou nada, mas também não me destratou. Hoje em dia, ela fala que sempre soube. Somos amigas, sempre tentamos manter o contato. Ela é a única. Meu pai não deixa minha mãe conversar comigo.

Perguntei se esse apoio se refletia no conjunto da sua família, Ana contou-me que seu pai já a agrediu. Sua irmã mais velha era indiferente, sua mãe não falava nada, exceto um dia em que teve problemas na escola. Ao mencionar sobre a escola, perguntei como era o cotidiano.

Um terror, tanto que larguei a escola na sétima série. Tomei duas bombas. Era um lugar horrroso. Não tinha vontade de ir pra aula. As crianças são super mal orientadas pelas professoras. Ninguém ali sabe lidar com a diversidade. Chamam a gente de tudo: bichinha, doente, baitola, viado... Vish recebi muitos apelidos.

Perguntei se ela se lembrava do momento em que começou a cabular as aulas. Ana me explicou que houve um dia no qual ela passou batom e colocou uma blusa mais feminina emprestada pela irmã.

Ai foi o terror. A coordenadora chamou minha mãe e pela primeira vez minha mãe me bateu. Depois dessa vez, foi constante a violência, mas eu entendia minha mãe. Ela sofria comigo. Depois disso fui perdendo interesse pela escola e fui matando aulas. Até o dia que meu pai me pôs pra fora de casa e fiz minha vida na rua.

Essa é a menina que te falei, Rosa. Ela quer saber da nossa vida, se a gente consegue trabalho de carteira assinada.

Sou apresentada de diferentes formas pelas interlocutoras da pesquisa. Porém, percebo que anunciar o tema da pesquisa facilitava o diálogo e o elo com elas e eles. Dessa forma, fui apresentada à Rosa, *a melhor mana da vida* de Ana. No dia do meu encontro com Rosa, Ana estava presente, pois Rosa estava um pouco tímida e desconfiada. Argumentou que essas desconfianças vêm do *cansaço de ser tratada como uma aberração pelo povo da universidade. Só tem pergunta de AIDS, eu sou humana, tenho um corpo cheio de órgãos e tenho uma vida que vai muito além disso*. Ana, ao explicar minha pesquisa para Rosa, conta-me que ficou feliz em saber do meu interesse *além das questões da AIDS*.

É tanta coisa que eu quero falar... você quer saber da minha família e do período da escola? Perguntou-me. Respondi que ela poderia falar aquilo que se sentisse confortável. Rosa nasceu em Fortaleza. Núcleo familiar composto por dois irmãos mais velhos, pai, mãe e avó materna. Pai, pedreiro, mãe diarista e avó aposentada. Explicou-me que durante muito tempo possuía uma grande dificuldade para falar da família devido às violências psicológicas que sofreu quando iniciou sua adequação de gênero. Mesmo com todos os empecilhos, foi construindo formas e estratégias de feminização.

Na verdade, eu sou mulher desde que nasci. Só passei por umas alterações corporais, mas isso todo mundo faz, não é mesmo? Não sou menos mulher por causa disso. Eu pegava várias coisas escondidas da minha mãe. Passava esmalte, passava base e rímel. Ai você imagina a tragédia eu indo pra escola assim, né? Era chacota, chute dos meninos, bixa pra lá, doente pra cá. Reunião com coordenadora, com assistente social, com psicóloga.

Perguntei como eram esses conflitos escolares e a relação com sua família. E a trajetória se assemelha com a de Rosa, marcada por falta de apoio parental e escolar.

Minha família não me apoiou. Família evangélica, conservadora. Não me aceitavam. Ai soma tudo, né? Fui desistindo da escola. Não tinha vontade de nada. Matava aula, até ser expulsa. Ai as confusões em casa pioraram. Larguei na oitava série. Ai com 14 anos fui pra rua. Fui me fazer por ai. A gente vai vivendo como pode e vai arrumando os truques.

Conheci o tímido Carlos no 1º Encontro Nacional de Homens trans, em São Paulo, em fevereiro de 2015. Perguntou meu nome, se era de alguma instituição, expliquei porque eu estava acompanhando o encontro e falei sobre a minha pesquisa. Sempre muito simpático e solícito, logo demonstrou interesse pela pesquisa. Quando conheci Carlos, estava realizando a primeira iniciação científica, que era focada na inserção das mulheres trans*. *Mas você vai falar sobre os homens trans*, né?* Indagou-me.

Carlos mora em Campinas e até o período do nosso primeiro encontro, ainda morava com seus pais. Após o encontro do IBRAT, nos encontramos duas vezes e diversas mudanças ocorreram em sua vida. Iniciou a adequação de gênero cinco meses antes do encontro, quando entrou no programa do “Processo Transexualizador”, em Campinas. Na época, cursava Jornalismo, porém, precisou trancar sua matrícula devido aos problemas com sua família, mais especificamente com seu pai.

Minha mãe me apoia, mas meu pai era o problema. Fui levando até aonde eu consegui. Não tive grandes problemas em casa, evitei conflitos por causa da minha mãe. Pra evitar qualquer tipo de dor, preferi sair de casa. Como meu pai não me aceitava e falou que não ia me sustentar, sai de casa e precisei trancar a faculdade por falta de dinheiro.

Ao ser perguntado sobre o período escolar, explicou-me que passou por diversos tipos de violências.

Bom, quando eu estava na adolescência, quando a falecida³⁶ ainda era viva, eu sofria diversos assédios por ser identificada como uma mulher negra e sapatão. Todo mundo queria me consertar. Aí, a intensidade aumenta, sofria lesbofobia e racismo. Quando me assumi, queriam me consertar, mas de forma diferente. Nunca precisei de conserto, precisava me assumir. Me assumi na faculdade. E sempre era a mesma coisa: começo das aulas correria pra falar com os professores para mudar meu nome na chamada. Ia à secretaria pra falar para alterar meus registros no sistema. É muito constrangedor e muito cansativo. Larguei mais pela dificuldade financeira. Consegui conversar com as pessoas responsáveis, falei no nome social. As coisas estavam melhorando, mas como saí de casa, precisei arrumar emprego. Ai que tudo complicou.³⁷

³⁶ “Falecida” é a forma que Carlos utiliza para se referir ao período anterior à adequação de gênero, ou seja, quando era reconhecido por ser do gênero feminino.

³⁷ As relações laborais serão abordadas no próximo capítulo.

Como mencionei na introdução, conheci Beatriz quando ingressei na Unicamp, em 2013. Fugindo das expectativas e do imaginário social que se constroem das pessoas trans*, Beatriz formou-se no ano de 2016, no curso de Linguística, ingressando, em seguida, no Programa de Pós-Graduação em Linguística na referida universidade. Ao longo da sua trajetória na Unicamp, travou constantes batalhas em grupos de discussão *on-line* do *Facebook* para combater a transfobia, mostrando a existência e as dificuldades que as pessoas trans* sofrem em seu cotidiano³⁸.

Quando entrei aqui, em 2011, eu estava no começo desse processo de me assumir. Não foi “fácil” porque novamente, a representação trans era/ é ainda bem pequena, e na Unicamp, não havia conhecido nenhuma pessoa trans até então. Mas eu tive contato com pessoas interessantes, como o Diego Jiquilin, que me deram apoio. Meus pais também me deram apoio. Isso é fundamental, mas eu diria também que foi muito importante conhecer o transfeminismo e pessoas trans* pelo Facebook.*

Diferentemente das outras trajetórias contadas nesse capítulo, Beatriz ao longo do seu percurso de adequação de gênero, obteve apoio parental. As suas dificuldades não são anuladas ou diminuídas pelo apoio ou até mesmo pela sua classe social. Mesmo com o grau de escolaridade elevado, tanto no ensino fundamental, médio ou no superior, a transfobia promove diferentes dinâmicas sociais.

Acho que a escola e a universidade contribuem com a transfobia de uma forma que é tanto indireta como direta. Quer dizer, não precisa de nenhum regulamento para expulsar as pessoas desses locais, pra que esses locais sejam excludentes. A sociedade como um todo é excludente, é transfóbica, e as escolas e universidades refletem essa transfobia geral. Talvez a escola seja um local ainda mais excludente porque existe um pânico moral conservador que impede de pensar que crianças e adolescentes podem vir a ser trans desde criança e adolescentes, e isso impacta na expulsão, e por sua vez, vai refletir no baixo ingresso nas universidades.

As formas de exclusão desses ambientes se refletem na dificuldade da universidade, por exemplo, fornecer condições necessárias para que essas pessoas não passem por constrangimento ou qualquer outro tipo de violência. Na primeira vez que entrevistei Beatriz, ela me contava da dificuldade da Unicamp inserir o Nome Social nos registros acadêmicos. Na época, como ainda não havia alterado os documentos de registro civil, o

³⁸ Sobre a dinâmica dos grupos de discussão *on-line* no *Facebook*, ver Falcão (2017).

nome de registro ainda constava nas listas de chamadas, e, dessa maneira, ele iria constar no diploma de graduação e a monografia iria ser registrada no banco de dados da universidade com o nome de registro. Foram inúmeras tentativas para alterar essa situação. Em 2013, fez um pedido formal à Ouvidoria da universidade exigindo seu direito ao Nome Social. Os documentos acadêmicos só foram completamente alterados após conseguir o aval do juiz para realizar as mudanças do registro civil.

Conheci Amara no início do seu período de adequação de gênero. Lembro-me que ela me mandou uma mensagem em meu *inbox* do *Facebook* falando que morava em uma rua com o mesmo sobrenome que o meu (Bonomi), e, se por ventura, seria meu parente. Estranhei, falei que não. O contato se estendeu pelo *Facebook* através de curtidas em posts, comentários em grupos de discussão, até que houve seu primeiro post, colocando público seu nome: Amara. Como a própria retrata, *no dia primeiro de maio de 2014 enterrei o falecido*. Até então, nunca havíamos nos encontrado pessoalmente. Até que um dia, descendo a Avenida da Moradia Estudantil, Amara passou com sua bicicleta, cumprimentei, esperando que me reconhecesse, até que, ao meio da pedalada, ela me reconheceu. Voltou a descer a rua para conversar comigo. *Você é a famosa Bonomi! Bia falou da sua pesquisa, quero muito conversar com você*. A partir desse primeiro diálogo, continuamos em constante contato. O contato se manteve pela internet e por reuniões de ativistas da Unicamp que organizam eventos e discussões sobre a temática LGBT.

Doutoranda do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, Amara conta que tardou a transição. *Medo de tudo* – explica. Após o primeiro ano do doutorado, com a bolsa de estudo, percebendo a sua independência financeira, e com a visibilidade de outras pessoas trans surgindo na universidade e abrindo espaços e discussões, *não aguentei viver a vida dentro dos padrões e rompi. Pensei em esperar o doutorado, talvez virar professora e aí me assumir, mas não teve jeito. Nasceu Amara e enterrei o falecido*.

Assim, Amara foi trilhando seu caminho, porém, com diversas dificuldades com a sua pesquisa de doutorado e com as pessoas do seu instituto. Em uma das nossas conversas, contou-me que queria mudar de projeto, mas teve problemas com a orientação.

Comecei a achar o projeto pouco significativa e isso começou a pesar em meus ombros, pois o projeto não iria ajudar a diminuir a violência brutal que as pessoas trans vivem. Manter o projeto irá me garantir o

*diploma, aumentando as chances de fugir do destino que persegue as travestis*³⁹.

Após assumir sua identidade de gênero, Amara criou o seu *blog* (*E se eu fosse puta*), retratando as experiências da prostituição e da militância. Recentemente, Amara passou pelo processo de qualificação do Doutorado. Não conseguiu alterar seu projeto pelas imensas dificuldades do instituto e do corpo docente em orientá-la. Conforme Amara explicou, *me aceitam puta e trans, mas não como militante*.

Através de Beatriz e do grupo de discussão *on-line Transfeminismo*, conheci diversas pessoas trans* que influenciaram profundamente o tema da pesquisa, assim como os seus desdobramentos. Dentre essas pessoas, conheci Hailey. Através do grupo, fui me aproximando, e devido às postagens do *blog* e acompanhamento de seu perfil na rede social (*Facebook*), começamos a conversar por *inbox*. Encontramos-nos pessoalmente em um evento da Unicamp e convidei-a para participar da pesquisa. Após esse encontro, marcamos nossa primeira entrevista, em março de 2015.

Hailey, na época da entrevista, tinha 26 anos, morava com sua mãe, mas atualmente com seu companheiro e sua mãe. Negra, bissexual. Como menciona, vem de uma família classe média, com apoio parental, uma exceção nas realidades das pessoas trans.

Eu sou uma exceção no meio trans porque eu tenho uma relação boa, agora. Não que a relação fosse absolutamente tensa quando me assumi, mas foi tenso porque tive que trabalhar a questão porque ela não aceitava. Tudo bem seu ser “gay”, mas não ser trans. Mas por causa do medo da sociedade, você vai sofrer muito preconceito. Foram longos anos, mas hoje ela é ótima e entende. Antigamente ela fechava a cara quando eu me maquiava, mas hoje ela me dá maquiagem de presente. São coisas estereotipadas femininas, mas para mim é muito importante porque é uma forma de aceitação. No começo era difícil porque eu não podia comprar nem com meu próprio dinheiro, mas isso não é novidade, novidade é que eu me dei bem.

Formou-se em Tradução e Interprete em uma universidade particular de São Paulo, uma faculdade relativamente mais barata, a qual conseguiu pagar sozinha. Não conheceu outra pessoa trans na faculdade, mas considerava o curso relativamente tranquilo. A

³⁹ Amara se refere à prostituição. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais estipula que 90% das travestis encontram-se na prostituição. Essas questões serão abordadas no próximo capítulo.

configuração das pessoas que cursavam o curso era, em sua grande parte, LGBT. A dificuldade consistia na atitude dos professores que se recusaram a chama-la pelo nome social.

Não porque não aceitassem, mas não levaram a sério, eles esqueciam e eu sempre tive que ficar relembando sempre que mudava a lista. Eu criei dinâmicas para sempre saber quando mudavam a lista. eu ficava esperta e chegava no dia seguinte da mudança e já falava: “olha esse nome aqui sou eu, mas você me chame de Hailey”. Não era maldade, mas era algo que sempre escorregava.

Sobre o ensino médio, Hailey retrata que foi bem conflituoso, pois estudou no Colégio Adventista, uma rede particular de ensino.

Não tive suporte nenhum, os professores tentavam me converter o tempo todo. Chamavam sempre meus pais. Pra me formar tive que adotar uma dose de cinismo. As pessoas me tratavam mal, mas não adiantava rodar a baiana lá porque não tinha suporte nenhum. Dos alunos aos professores, orientadores pedagógicos, coordenadores e diretores. O que ia acontecer era eu ser expulsa da escola e eu sabia que isso ia destruir minha mãe, né? Ela sabia que não era minha culpa (os problemas com a escola), mas ela sempre foi muito exigente com os estudos. Como era uma escola paga, então mantive essa postura. Como falei, eu vim de um contexto privilegiado. A escola era muito difícil por ser uma escola adventista, religiosa. Tanto que não me assumi na escola, fui me assumir na faculdade. Na escola eu sofri muito bullying homofóbico porque eu sempre fui afeminada.

A complexidade das experiências escolares vivenciadas pelas pessoas trans*vai ter consequências significativas nas suas trajetórias, inclusive na sua vida profissional. Mas essas experiências não são homogêneas, como podemos perceber nesses relatos. Apesar de a transfobia ser uma das violências compartilhadas por essas pessoas, os marcadores sociais da diferença produzem experiências diversas, alterando o nível de escolaridade. No entanto, fatores como a raça, a classe social, o momento da adequação de gênero e o apoio parental possuem influências diretas no processo de escolarização dessas pessoas.

Ao cruzar as trajetórias de Ana e Rosa, percebemos como são marcadas pelos conflitos parentais e escolares no período da adolescência. Ao analisar suas histórias, percebemos que os empecilhos que contribuíram para que elas não concluíssem os estudos advém dos conflitos parentais e escolares. Esses conflitos possuem uma inter-relação, pois a falta de apoio familiar estimula os preconceitos sofridos no ambiente escolar, contribuindo para a expulsão ou a exclusão dessas pessoas.

A escola, por sua vez, aprofunda os conflitos familiares devido à falta de formação e compreensão dos agentes escolares frente à diversidade. Apesar da ampla discussão atual da ala mais conservadora, que acredita que gênero e sexualidade não são assuntos para serem discutidos no ambiente escolar, a escola constitui um agente fundamental na sociabilidade dos sujeitos. Como parte do seu papel socializador, a escola deveria discutir sobre todas as diversidades, desafios e conflitos relativos às relações sociais entre os sujeitos. Dessa forma, torna-se importante abordar de forma pedagógica as relações de gênero, sexualidade, raciais, bullying e os diversos preconceitos.

Os relatos acerca das experiências vivenciadas no ensino fundamental e médio, mostram como as discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual são pouco exploradas. Os pejorativos homofóbicos – *bixa*, *baitola*, *viadinho* - são ferramentas constantes para separar, empurrar e diferenciar os que são aceitos pelas normas de gênero e os desviantes. Tudo aquilo que se encontra no universo das feminilidades é inferiorizado. A violência verbal é o principal instrumento para atingir essas pessoas. Além disso, percebe-se a inter-relação entre a homofobia e o machismo, o que contribui para que a transfobia seja ainda mais forte e profunda. Os indivíduos que são identificados pelos atributos femininos “são marcados pela inferioridade, justificada a um saber científico, mas esses atributos não são propriedades das mulheres. É na apropriação desses atributos por sujeitos sem útero que notamos a força da estrutura de gênero operando na distribuição de níveis diferenciadas de humanidade” (BENTO, 2011:87).

Assim, a falta do apoio parental, conjuntamente com a ausência de compreensão e apoio no ambiente escolar, aprofunda o estigma contra as pessoas trans* levando-as a não conclusão dos seus estudos. As consequências da baixa escolaridade implicam na dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, como será discutido no próximo capítulo.

Outro fator que contribui para a expulsão escolar das pessoas trans* encontra-se na relação com pais e nas condições financeiras. No caso de Ana, Rosa e Carlos, ao saírem das suas respectivas casas, sem contar com o apoio financeiro da família, são obrigadas/o a largar seus estudos para conseguirem meios de se sustentarem. No caso de Beatriz e Hailey, os estudos foram possíveis pelo apoio financeiro de suas famílias. Amara tem uma condição diferenciada devido ao início do processo de adequação ter sido mais tardio. Sua forma de sustento vem de outros ativos financeiros, como por exemplo, a bolsa de estudos possibilitada concedida de pós-graduação ao qual está vinculada.

Analisando essas questões, percebe-se que ante a necessidade de condições mínimas de sobrevivência, como por exemplo, a necessidade de conseguir moradia e

alimentação, os estudos são obrigatoriamente deixados de lado até que se consiga um mínimo de estabilidade financeira.

Mesmo com o grau de escolaridade mais elevado, percebemos, através dos relatos de Carlos, Beatriz, Amara e Hailey, que a transfobia permanece nos ambientes universitários cria novas formas de discriminação, principalmente no que se refere à forma de tratamento e respeito ao Nome Social, e aos auxílios sociais concedidos pelas universidades. Existem diversos empecilhos que as instituições escolares colocam dificultando a permanência das pessoas nesses espaços.

A própria Unicamp foi agente responsável pela falta de acesso e respeito ao nome social. Beatriz conjuntamente com Amara e outras/outras alunas/os trans* da universidade realizaram uma manifestação pelo Nome Social e contra pichações transfóbicas no banheiro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.⁴⁰

Existem duas portarias que garantem o Nome Social em autarquias estaduais, como é o caso da Unicamp. O primeiro decreto refere-se à portaria no. 1612 do Ministério da Educação⁴¹, garantindo “o direito à escolha do tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação”; e o decreto estadual no. 55.558⁴², assegurando o “direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo”. Apesar dessas duas normativas, a Unicamp não cumpre todos os requisitos do Ministério da Educação, especialmente no que diz respeito à lista de chamada, nome de usuário em sistemas de informática e bibliotecas, e nome de registro na carteira estudantil.

Ao realizar o cadastro na biblioteca de um instituto ou faculdade, não há garantias de que, ao utilizar a biblioteca de outro instituto, o nome social esteja no sistema. Além disso, há problemas quanto ao diploma de graduação. Na época que realizei minha primeira entrevista com Beatriz, ela estava tentando resolver essa questão. Por ser um “documento oficial”, a Direção de Assuntos Acadêmicos (DAC) explicou que não podem escrever o nome social se a pessoa não estiver com seus documentos de registros alterados. Além disso, na catalogação dos trabalhos de conclusão de curso, o nome social também não é respeitado, mesmo com as plataformas e o Currículo Lattes reconhecendo o nome social. Todos esses

⁴⁰ Cf. MIRANDA, I; BRITO, S. Transexuais protestam na Unicamp contra preconceito. Disponível em: << http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/12/ig_paulista/228873-transexuais-protestam-na-unicamp-contrapreconceito.html >>.

⁴¹ Decreto Federal do Ministro da Educação. Disponível em: << <https://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/novidades.php?id=28> >>.

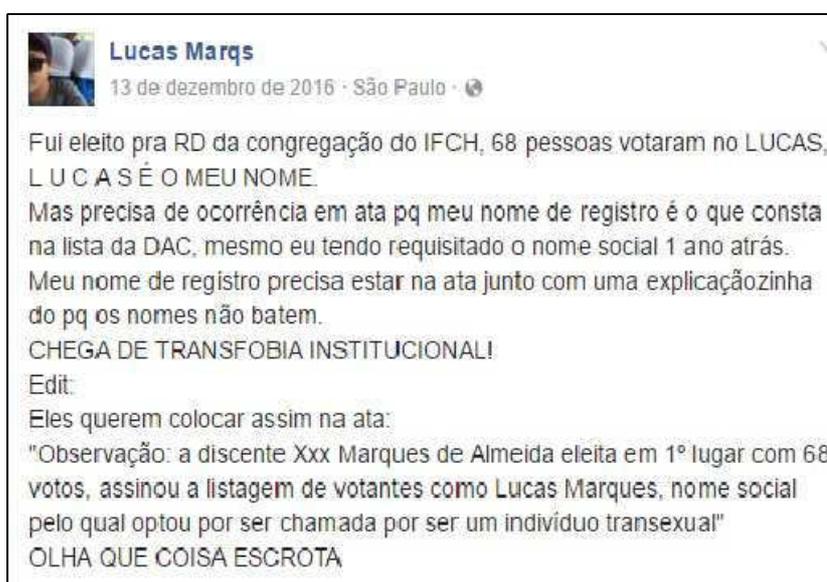
⁴² Decreto do Estado de São Paulo. Disponível em: << <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html> >>.

documentos entram nas orientações do Ministério da Educação, que são formas de garantir a dignidade humana e atendimento completo dessas pessoas no acesso à universidade.

Esses não são os únicos documentos que não atendem os requisitos do nome social. A carteira de identificação estudantil também é incorreta. O nome social não consta na identificação da/o aluna/o. Mesmo com os formulários *on-line*⁴³ e com o fato da inscrição do vestibular⁴⁴ pode ser feita com o nome social, os documentos das/os alunas/os não são alterados. Dessa forma, essas pessoas passam por diversos constrangimentos, como mostra, o caso de Lucas.

Lucas⁴⁵, aluno da graduação do curso de Ciências Sociais na UNICAMP, passou por duas situações que dificultaram sua participação política na universidade. A primeira delas ocorreu durante as eleições de representação discente na Congregação do seu Instituto. Ao entregar seus documentos para que o Instituto formalizasse a votação e sua cadeira como representante discente, o Instituto não aceitou seu nome social.

Figura 1: Postagem no Facebook (Lucas) sobre sua eleição como representante discente na Congregação da Unidade



Fonte: imagem postada no perfil de Lucas e capturada pela autora.

⁴³ Formulário *On-line* DAC. Disponível em: << http://www.dac.unicamp.br/sistemas/formularios/nome_social.php >>.

⁴⁴ UNIVERSITAG. Unicamp adere ao nome social. Disponível em: << <https://universitag.wordpress.com/2013/05/21/unicamp-adere-ao-nome-social/> >>.

⁴⁵ Lucas concedeu autorização para falar seu nome, bem como suas publicações da internet, sobre o caso que cito nessa monografia.

Há diversos erros enunciados nessa reclamação de Lucas para Unicamp: a) A Unicamp, mesmo após um ano de ingresso de Lucas na instituição, não atualizou o nome social nos seus registros acadêmicos, como a lista de chamada, biblioteca e carteira estudantil; b) o instituto (IFCH), ao não saber como proceder diante dessa questão, escolhe o pior procedimento: mantém o nome de registro de Lucas além de justificar o erro de não aceitar o nome social com o argumento de que Lucas “optou por ser chamada por ser uma indivíduo transexual”, mantendo o pronome feminino e alocando a ideia de que ser transexual é uma escolha. Essas atitudes não são particulares de um instituto, mas da universidade como um todo, a qual não propõe nenhum tipo de formação para as/os funcionárias/os sobre diversidade, gênero, sexualidade e direitos sociais.

A falta de respeito ao Nome Social não é exclusivo da Unicamp. Na época do ENEM (2014), foram divulgadas diversas notícias acerca desse desrespeito ao nome social. Nesse exame⁴⁶ o nome social não foi respeitado pelos agentes que aplicavam as provas, pois constava na prova o nome de registro e não o social. Como explicado no capítulo anterior, o Nome Social é uma importante ferramenta para que as pessoas trans* não sofram qualquer tipo de constrangimento e violência, por isto é um direito garantido em diversas instâncias federais e estaduais que buscam assegurar a dignidade humana dessas pessoas. Porém, os órgãos educacionais não se comprometem com a efetivação dessa política. Não manter essa política contribui para a proliferação da transfobia, bem como para o afastamento das/os estudantes nas universidades.

Outro fator que compromete a permanência dessas/es estudantes nas universidades é a falta de preparo dos órgãos de assistência social estudantil, que não percebem como essas/es estudantis perdem o apoio parental e financeiro quando assumem sua identidade de gênero. Na notícia sobre as denúncias que as/os alunas/os da Unicamp fizeram sobre o nome social e as pichações transfóbicas, o estudante Leandro, da graduação de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas retrata as dificuldades que teve no órgão responsável pela bolsa moradia e trabalho. Assim, o Nome Social não só promove o direito pela legitimidade do nome, como permite pensar que essas/es estudantes merecem participar dos programas de permanência estudantil devido às situações de vulnerabilidade e risco que sofrem em diversos âmbitos da sua vida social.

⁴⁶ VIEIRA, I; PÔSSA, N. Candidatas transexuais reclamam de preconceito durante prova do Enem. Disponível em: << <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/10/candidatas-reclamam-de-preconceito-durante-prova-do-enem> >>.

2.5. Outras formas de políticas educacionais

Não podemos tratar os ambientes educacionais como espaços homogêneos em que não há agentes escolares que buscam discutir as questões que envolvem gênero e sexualidade. Existem projetos pedagógicos que buscam confrontar essas violências, buscando impedir que diferenças se transformem em desigualdades. Em resposta a essas novas propostas pedagógicas, setores mais conservadores querem aprovar o projeto de lei sobre “ideologia de gênero”, que busca proibir o debate de gênero nas escolas.

Mesmo assim, há formas de resistência que buscam confrontar essas políticas conservadoras, promovendo atividades para discutir o tema. Tomo como exemplo a atividade impulsionada por professoras/es da rede de ensino municipal de Campinas⁴⁷, “Saia de saia”. A ideia é demonstrar que não existem papéis femininos e masculinos e que características construídas como femininas não são inferiores. Além disso, essa atividade possibilita romper com as políticas de sociabilidade que determinam quais são as atividades femininas e masculinas.

Outro exemplo de novas políticas educacionais é a criação de cursinhos pré-vestibulares voltados para pessoas trans*. A ideia é preparar as/os alunas/os para a prova do Exame Nacional (ENEM), revisando conteúdos do ensino médio. Não há pagamento de mensalidade, o que contribui e estimula a adesão das/os alunas/os, pois como já notamos, grande parte das pessoas trans* não consegue apoio financeiro para manter seus estudos. A prova do ENEM não só possibilita o ingresso nas universidades federais, como também bolsas de estudos nas universidades particulares. A iniciativa já existe nas cidades de Belo Horizonte⁴⁸, São Paulo⁴⁹ e Rio de Janeiro.⁵⁰ Essas iniciativas não só contribuem para o ingresso das pessoas trans* nas universidades como promovem a sua visibilidade e representatividade, encorajando-as para o retorno aos estudos^{51,52}.

⁴⁷ BBC. Como saiaços se tornaram arma para debater igualdade de gênero nas escolas. Disponível em: << <http://igay.ig.com.br/2016-04-01/como-saiacos-se-tornaram-arma-para-debater-igualdade-de-genero-nas-escolas.html> >>.

⁴⁸ HYPENESS, São Paulo ganha pré-vestibular gratuito para transexuais. Disponível em: << <http://www.hypeness.com.br/2016/03/sao-paulo-ganha-curso-pre-vestibular-gratuito-para-transexuais/> >>.

⁴⁹ BOECKEL, C. Curso preparatório para o Enem reúne transexuais e travestis no Rio. Disponível em: << <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/curso-preparatorio-para-o-enem-reune-transexuais-e-travestis-no-rio.html> >>.

⁵⁰ GALDINO, L. Projeto cria curso pré-vestibular gratuito para transexuais de BH. Disponível em: << <https://catracalivre.com.br/bh/educacao-3/gratis/projeto-cria-curso-pre-vestibular-gratuito-para-comunidade-trans-de-bh/> >>.

⁵¹ DELCOLLI, C. Travesti é o 1 lugar em vestibular de universidade federal. Disponível em: << <http://exame.abril.com.br/brasil/travesti-e-1o-lugar-em-vestibular-de-universidade-federal/> >>.

⁵² COUTINHO JÚNIOR, J. Trans e travestis que passaram no vestibular relatam superação da exclusão. Disponível em: << <https://www.brasildefato.com.br/node/33985/> >>.

3. Capítulo 3: Inserção das pessoas trans no mundo laboral: (Trans)formações no mercado de trabalho?

“Travestis ou Transexuais podem ser tão ou mais talentosas quanto qualquer outra pessoa”.

Daniela Andrade⁵³

No capítulo anterior, busquei demonstrar as diversas dificuldades que as pessoas trans* encontram nos espaços escolares. Não só as suas dificuldades, mas os fatores que podem influenciar no nível da escolaridade. Sabemos que não podemos concluir que a escolaridade seja um fator crucial para o desemprego (SEGNINI, 2000) tanto para pessoas cis como para as pessoas trans*. Há uma gama de fatores que contribuem para o aprofundamento do desemprego entre as pessoas trans*. Nesse capítulo, tentarei demonstrar através dos resultados das pesquisas, como se dão essas dinâmicas laborais - dificuldades, tipos de trabalhos e políticas alternativas – articulando com seus marcadores sociais da diferença – gênero, raça e classe.

A trajetória de vida de Ana é marcada por diversos enfrentamentos e lutas: escola, família e na *pista*.

Como eu estava te falando, fui expulsa de casa. Saí de casa aos 16 anos. Precisava me manter. Através de umas amigas conheci Vera, uma travesti mais velha que deu outro lar. Na época, fiquei como “assistente”, marcava os programas, arruma a casa, pagava contas, ia ao banco, cuidava da pensão e etc. Em troca, morava na pensão e um salário que fui guardando para depois fazer todo o babado do silicone. Vera não me deixou ir pra rua antes dos 18 porque ela poderia ser presa. Mesmo eu querendo muito, segurei a ansiedade antes de ir pra rua. Fazia vários serviços e ao mesmo tempo fui aprendendo com Vera tudo que sei atualmente sobre ser profissional do sexo e travesti.

Ana contou-me que nunca trabalhou de carteira assinada. Como podemos perceber em seu relato, dos 16 aos 18 anos, sua formação inicial é construída pelo trabalho informal no qual adquiriu experiências mais administrativas. Na rotina da pensão tinha a

⁵³ Fragmento retirado da reportagem da Tb brasil. Link disponível em << <http://tvbrasil.etc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais> >>

responsabilidade de cuidar de toda sua estrutura: limpeza, organização de escritório, ida ao banco e pagamentos. Aos 18 anos, ingressou no mercado do sexo.

Descreve que quando começou a ir para a “*pista*” não sabia muita coisa e teve a sorte de ter três amigas e Vera que a ensinavam a se vestir, maquiar e conversar para atrair mais clientes. Entretanto, explica que no “*mundo dos negócios*” nem todas as meninas são amigas, “*precisa ser esperta porque tem muita cobra, muita briga, muito lero-lero*”.

Perguntei se tentou alguma outra atividade fora a prostituição e Ana foi bem enfática:

Fui tentar achar algum emprego formal, mas ninguém quer empregar travesti. Sou feliz no trabalho que tenho. Sofri violência? Sofri. É fácil? Não. Mas tenho hoje boas condições. Não quero romantizar prostituição não. Eu tive muita sorte em vários aspectos, mas hoje é um espaço que eu acho que sou mais aceita. Hoje também milito. Discuto as questões da saúde, prevenção e até regulamentação. É bem polêmico, mas é necessário conversar sobre essa realidade.

Conversamos durante muito tempo sobre as particularidades que envolvem a prostituição. Como uma iniciante no trabalho de campo, lancei uma pergunta direta, deixando a curiosidade falar mais alto. Queria compreender como Ana enxergava a prostituição.

Trabalho é uma ação que gera dinheiro, cidadania, reconhecimento. Mas esse trabalho que estou... Eu uso do trabalho para poder me fazer. Tenho que estar sempre bem bonita senão não consigo cliente. Mas, claro que um dia eu penso sair desse trabalho. Não vou ter aposentadoria. Não consigo me registrar como autônoma. Se a gente se machucar, nós não temos INSS pra cobrir nada e além, da gente não ter dinheiro pra comer. Na pensão, eles não querem nem saber. Tem que pagar a diária. Você pode estar morrendo, um dia sem trabalho, você gera dívidas na pensão. Hoje eu estou estável. Tenho clientes fixos, junto meu dinheirinho, quero mudar meus documentos, ter uma casinha. Mesmo com todas as dificuldades, meu trabalho me proporcionou isso. Que trabalho não tem dificuldades hoje em dia, né?

Sobre as andanças de sua vida, perguntei sobre os lugares em que já morou.

Fui pra Barcelona, não gostei muito, mas deu pra juntar uma boa grana. Voltei pro Piauí. Ai me falaram que Campinas era uma boa cidade para se morar e tinha uma boa clientela. Estou aqui já faz 10 anos. Gosto daqui. Tem um fluxo bom de clientes, já foi melhor. Aqui por incrível que parece é menos violento do que a minha cidade.

Rosa, assim como Ana, não possui experiência no mercado formal de trabalho. Com trajetória similar, Rosa foi expulsa de casa aos 14 anos, porém, diferentemente de Ana, não obteve ajuda imediatamente.

Não tive ninguém para me amparar. Morei na rua uns nove meses. Fui me virando na rua. Ai conheci umas travestis, me ajudaram a sair da rua e comecei na prostituição. Desde então, sou profissional do sexo. Ser profissional do sexo não é fácil e ser profissional do sexo e travesti, piorou. As pessoas enxergam a gente como um foco de doenças, do mal do mundo.

Ao entrar na discussão sobre prostituição, seus limites e debates, Rosa, assim como Ana, argumenta ser favorável a regulamentação da atividade

Olha vou ser bem sincera, eu queria muito que fosse regulamentado nosso direito. Somos trabalhadoras como qualquer outra pessoa. Eu sirvo um serviço. O problema é que as pessoas parecem que tem um problema porque usamos nosso corpo, mas todo trabalho não usa o corpo, ué? Minha mãe era emprega doméstica. A coitadinha trabalhava muito, muito mesmo e ganhava uma mixaria. Eu, apesar de trancos e barrancos, ganho melhor do que ela na época. Ela foi muito mais explorada do que eu. Eu, pelo menos, faço meu horário. Apesar de ter que pagar a pensão, ainda ganho mais do que tenho que dar.

A experiência de Amara se diferencia em diversos pontos das vivências de Ana e Rosa. Além das questões dos marcadores sociais tais como classe e raça, há o ponto sobre o início da adequação de gênero que influencia as experiências laborais. Amara, iniciou sua adequação, como mencionamos, no terceiro ano do doutorado. Como explicou na entrevista e em seu livro (E se eu Fosse Puta, 2016), antecipou um destino, sabia que dificilmente iria conseguir um emprego, *difícil ver travesti professora, advogada, cientista, médica.*

Apesar de expor essas dificuldades, na época da nossa entrevista, em meados de março de 2015 mencionou que *trabalho também é militância. Quero tentar dar aula no Estado, talvez uma travesti sendo professora mude a perspectiva das pessoas sobre a gente.* Além dessa tentativa, Amara nesse mesmo período foi PED⁵⁴ de uma disciplina no programa do ProFIS⁵⁵. Comentou que gostou muito da experiência e que de alguma forma, buscava compartilhar a vivência da escrita.

⁵⁴ PED é o Programa de Estágio à Docente, um programa que incentiva mestrandas/os doutorandas/os a serem monitores de disciplinas da graduação com a supervisão de um(a) professor(a) doutor(a).

⁵⁵ ProFIS é o Programa de Formação Interdisciplinar Superior da Unicamp. Mais informações disponíveis em: << <http://profis.prg.unicamp.br/index.php/o-curso> >>.

Assim como afirma que o *trabalho também é uma forma de militância*, Amara ao iniciar na prostituição, também discute a ocupação como uma bandeira política. *Putafeminista*, como se denomina, Amara conjuntamente com outras mulheres trans* e cis, discutem a prostituição através do feminismo, buscando aprofundar o debate sobre a regulamentação. Diz ela,

Discutir a regulamentação vai além das questões de ser a favor ou contra, estamos discutindo as condições de trabalho de pessoas. Ter direito à um lugar que possa prover iluminação, segurança, higiene. A regulamentação é sobre isso. Não para fechar os olhos e não perceber a situação precária que essas pessoas estão.

Outra ocupação constantemente mencionada durante o trabalho de campo foi o telemarketing. Das pessoas entrevistadas, Hailey e Carlos tiveram essa experiência. Carlos até o nosso último contato ainda trabalhava na mesma empresa.

Hailey iniciou o seu percurso no mundo do trabalho como estagiária, numa empresa de tradução no último ano da faculdade de letras, como mencionado no capítulo anterior. Conta que foi indicada por uma amiga e nesse primeiro estágio manteve uma ótima relação com a sua gerente que sempre foi solidária com relação à transexualidade. Porém, a sua dificuldade foi com o ambiente de trabalho, ou seja, com os colegas de trabalho.

os colegas de outros departamentos eram muito transfóbicos. (...) ficaram rindo na minha cara. Rir porque eu sou trans. Rir porque eu sou gorda. De colocar meu nome civil na lista de aniversário da empresa. Todos sabiam que eu era trans. Minha chefe foi lá arrancou a lista e foi lá falar com eles que era para trocar o nome. Eu agradeço muito a ela. Mas rolava muitos risos e deboches.

Após a experiência como estagiária nessa empresa de tradução, foi buscar outro emprego na mesma área, porém não conseguiu nenhuma vaga.

E foi aí que fui pro telemarketing. Trabalhei nessa empresa quase um ano. E era a mesma coisa, mesmo ambiente de deboche. Tive que brigar para usar o banheiro feminino. E não adianta pedir pros amiguinhos. E aí eu vi que eu que tinha que brigar pelos meus direitos. Ai eu fui e falei: “Como é que eu faço pra falar com o chefe do seu chefe?” Aí um dia fui lá falar com a chefona e falei: “olha quero atender com meu nome social e usar o banheiro feminino.” Aí ela falou que era problema no T.I. E falei que era para dar um jeito porque eu não vou atender com nome civil. A gente precisa ter uma posição ofensiva com relação aos nossos direitos e exercer poder em cima dessas pessoas. Porque se a gente não tiver essa postura, a pessoa sente que pode fazer com que você fique numa posição de passividade. Quando a gente consegue se impor que conseguimos

nossos direitos. Aí consegui usar o banheiro, atender com meu nome social, usar o crachá com meu nome social. Mas não foi de graça. A única coisa que não consegui mudar foi o meu login.

Perguntei como consegui essa vaga e explicou que foi indicado por um amigo, mas para as pessoas trans* não é difícil conseguir vaga numa empresa de telemarketing,

é um trabalho que o público não tem que lidar diretamente com as pessoas trans. Além disso, o telemarketing tem uma rotatividade absurda. E vamos lembrar é um dos trabalhos mais precários da terceirização. É um trabalho terrível porque a gente muitas vezes não sabia resolver os problemas. Eu trabalhava na terceirizada da terceirizada. A gente era tipo o SAC do cartão.*

Depois de quase um ano, ela pediu demissão desse emprego, pois iria seguir na área de tradução. Conta que a entrevista para o novo emprego foi ótima e estava bem entusiasmada. Pediu logo na sua entrada na empresa que não comentassem com os colegas de trabalho sobre a transexualidade para evitar um ambiente hostil para ela. Porém, o seu coordenador acabou contando para os colegas de trabalho, e aí, foi a mesma coisa, risadas, piscadinhas, piadinhas, fiscalizadas para saber em qual banheiro você vai.

Depois de um mês, conta que estava desanimada, mas não só pelo ambiente hostil, mas por o ramo da tradução ser muito precarizado e posteriormente, descobrir que a empresa era “picareta”. Além de o ambiente ser hostil, a jornada de trabalho era muito extensa com metas diárias desumanas. A rotina do trabalho era extremamente exaustiva e precária, passava várias horas sentada, não eram fornecidas cadeiras e nem mesas adequadas para o trabalho, o que gerou um processo de adoecimento, com o desenvolvimento de uma tendinite nas duas mãos e problemas no nervo ciático.

No terceiro mês, ela desistiu da vaga e pediu demissão, mas sem nenhum direito trabalhista. Atualmente, trabalha como *freelancer* no ramo da tradução e descreve que consegue uma melhor renda do que trabalhando na empresa. O ramo da tradução é um espaço laboral difícil, e como teve problemas de saúde, ficou um tempo sem nenhum “*freela*”. Hailey conseguiu recentemente, passar na seleção de uma empresa de tradução literária e espera ser chamada.

Carlos relata na sua entrevista que seu primeiro emprego foi como garçom, mas não tinha carteira assinada, “o bar pagava pelo dia trabalhado”. Nesse período, ainda não havia assumido sua transexualidade publicamente, porém sofria diversos comentários machistas, por ser visualmente “uma mulher masculinizada”. Nesse primeiro contato com o trabalho, ainda não havia sido expulso de casa, mas queria ter uma renda para fazer uma

poupança.

Trabalhar no bar era muito difícil. Eram olhares, piadinhas, comentários machistas do tipo “deixa eu te pegar que você vai ver o que é bom e vai virar mulher de verdade.” Na minha cabeça eu respondia “eu não quero ser mulher de verdade porque sou um homem”. Eu não respondia nada para esses caras, porém meu gerente e colegas me defendiam. Quando os caras eram muito ofensivos, chegavam até expulsá los do bar.

Após sair de casa, um amigo lhe indicou uma empresa de telemarketing para poder pagar suas contas. Atualmente, mora com mais três amigos, dois deles também são homens trans* e juntos compartilham as dificuldades cotidianas. “Isso me dá muita força”, retrata Carlos.

Conta que na empresa de telemarketing a entrevista foi bem tranquila e assim como retrata por Hailey, mencionou o fluxo de pessoas dentro de empresas de telemarketing.

Todo dia entra e sai pessoas. Na empresa que trabalho tem seis pessoas trans. Eu e meus amigos que são homens trans* e mais três meninas. Pra nós, é um dos empregos mais fáceis de conseguir, depois da prostituição. É um trabalho exaustivo, mas não posso me dar o luxo de sair porque senão eu fico na rua, sem casa, sem comida.*

Carlos já está a dois anos trabalhando no telemarketing e completa sua renda trabalhando em bares. Perguntei se após o período de sua adequação do seu gênero, se ocorreram situações machistas como ele antes e explica que não.

Como tenho muita passibilidade, ou seja, tenho traços masculinos bem visíveis, ninguém mexe muito comigo. Agora sofro outros tipos de preconceitos. Por ser negro, agora, as pessoas tem medo de mim. Antes eu era objetificado, agora eu sou um “potencial agressor e bandido”. Mas no bar, não acontece nada, sinto esses olhares mais na rua.⁵⁶

Quando entrou no telemarketing, descreve que ninguém mencionava sobre o nome social.

Como frequento o CR, a psicóloga me alertou sobre o Nome Social. Ai, eu e meus amigos pedimos a carteirinha e avisamos as meninas sobre esse direito. Logo após, fomos a nossa gerente e pedimos que colocassem nosso nome no crachá, o direito de usar o banheiro

⁵⁶ Essa mesma percepção é compartilhada também pelo ativista Leonardo Peçanha. Em entrevista com Neto Lucon, Leonardo conta sobre essa experiência: <http://www.nlucon.com/2015/12/homem-trans-e-negro-leonardo-pecanha.html>

conforme nosso gênero e o direito de falar nosso nome no atendimento. Foram várias reuniões, até que conseguimos.

Ao falar sobre o ambiente de trabalho, ele diz que o telemarketing é um espaço laboral que possui muitas pessoas LGBT, e cria uma dinâmica em que os preconceitos conseguem ser discutidos de forma saudável.

Lá, é dividido em vários setores. Eu, os meninos e as meninas acabamos ficando no mesmo setor. Então lá é “de boa”. Todo mundo respeita a gente. Não tem crise no uso do banheiro. Todo mundo chama a gente pelos nossos respectivos nomes. Mas eu tenho amigos que tem outra realidade com o ambiente de trabalho. Aqui, acredito que é uma das poucas exceções.

Ao longo da entrevista, ele conta que está quase terminando de pagar sua dívida da faculdade e irá tentar o ENEM esse ano.

Quero voltar a estudar e tentar algum emprego na minha área. Não vai ser fácil. Apesar do trabalho exaustivo no telemarketing, eu não tenho outra opção. Mas também tenho um pouco de medo. Aqui, apesar de toda a precariedade, eu tenho um ambiente bom, não sofro preconceito, nenhuma violência. Tenho medo de sair e não me adaptar ao novo ambiente. Porque, às vezes, a pessoa trans consegue passar na vaga de emprego, mas não consegue ficar por conta do ambiente hostil. Nós passamos vários estágios de preconceitos. Não é fácil, mas precisamos resistir.*

Beatriz foi a única entrevistada que não teve nenhuma experiência de carteira assinada ou algum trabalho informal. Atualmente, ela escreve artigos em revistas eletrônicas, é uma das autoras e responsáveis pela página *transfeminismo*. Na época que a entrevistei (março/2015) realizava uma pesquisa de iniciação científica na Unicamp. Como mencionado no capítulo anterior, Beatriz ingressou no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Ela retrata que tem uma posição privilegiada por vir de uma família de classe média com um patamar de renda mediana. Porém, ela sabe que essa é uma realidade peculiar de outras vivências trans*. Entretanto, como explicou nas entrevistas, Beatriz sabe que no momento que sair da graduação não conseguirá facilmente um emprego, não só pela situação econômica atual que dificulta a inserção dos jovens no mundo laboral, mas pelo sua identidade de gênero. Tomou a decisão de continuar com a vida acadêmica por querer ter uma atitude de *resistência* nesses espaços. Como explica, *são poucas pessoas trans* que estão na academia falando sobre suas vivências. Geralmente, somos mais objetos de pesquisa do que protagonistas dessas vivências.*

Como o intuito de demonstrar as dinâmicas das experiências laborais das pessoas trans*, de tal maneira que, abrangesse de forma mais heterogênea, para que as discussões não fossem percebidas como experiências universais e até essencialistas, recorreu-se como alternativa metodológica, a etnografia *on-line*. Através das reportagens e relatos em *posts* públicos do *Facebook*, conheci a história de Luiza Coppieters e Camila Godoi.

Luiza é uma mulher transexual, professora, militante feminista. No ano passado concorreu ao cargo de vereadora em São Paulo. Formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, trabalhou durante cinco anos em uma rede particular de ensino lecionando disciplinas na mesma área. Quando se assumiu, Luiza em entrevistas nos veículos de comunicação retrata que recebeu grande carinho pelas/os alunas/os, mas não da direção da escola, culminando em sua demissão. Após essa situação, Luiza entrou com processo trabalhista contra a rede particular de ensino. Aguarda as decisões judiciais sobre o caso, porém acompanhando sua *timeline* pelo *Facebook* percebo que ainda não encontrou nenhuma outra ocupação.

Em uma situação similar, Camila Godoi também ao se assumir como uma mulher transexual é demitida em seu local de trabalho. Assim como Luiza, Camila também é professora. E as históricas se repetem: ao se assumir, o diretor da escola que dava aula encaminhou um e-mail falando sobre sua demissão. Camila abriu um boletim de ocorrência em que foi instaurado um inquérito para apurar se a escola a demitiu por preconceito. Recentemente, o caso de Camila ganhou em segunda instância o processo por danos morais e preconceito, abrindo um caso de jurisprudência contra a discriminação laboral que as pessoas trans* sofrem. Diferentemente de Luiza, Camila atualmente, trabalha em uma faculdade particular de Jundiaí.

A discussão sobre “trabalho” tem uma longa trajetória nas pesquisas nas Ciências Sociais. Como afirma Bila Sorj “o mundo do trabalho é apenas uma das dimensões de um amplo espectro de transformações radicais que afeta nossas vidas e que está a desafiar a nossa imaginação sociológica”. (2000:26) Não irei realizar aqui uma discussão exaustiva sobre acerca da sociologia do trabalho. Tentarei discutir algumas das preocupações presentes na sociologia do trabalho sobre os marcadores sociais da diferença.

Elizabeth Souza Lobo (1991) retoma a história das discussões de gênero e trabalho no Brasil, com o intuito de demonstrar os limites que a sociologia do trabalho tinha

em discutir as relações de gênero em suas pesquisas. Assim como, nos anos 70-80 os questionamentos intensos sobre o trabalho feminino emergem nos espaços de ativismo feminista. Percebo também que as discussões acerca da temática da transexualidade e trabalho, partem do próprio movimento organizado bem como de ativistas da causa.

Como apontei na introdução dessa monografia, ao iniciar a primeira iniciação científica, não existia nenhum trabalho discutindo sobre essas relações sociais de trabalho. Pensar sobre essas relações, não é uma tarefa fácil e não conseguirei aprofundar todas as suas dinâmicas, devido à sua complexidade e à ausência de pesquisas anteriores sobre o tema. Analisar essas relações de trabalho implica pensar em novas construções de conceitos e metodologias que até então não foram tratadas nos estudos do trabalho. Porém, tentarei realizar discussões de conceitos a partir dos campos de pesquisas já anunciados.

3.1. Repensando conceitos

Para iniciar essas reflexões vou discutir o conceito de “classe”. Assim como a categoria “mulher”, “classe” é geralmente pensada e articulada nos estudos da sociologia, como uma categoria universal, pelo menos nas sociedades capitalistas e que tem certa homogeneidade.

A categoria “mulher” foi pensada e utilizada nos movimentos de mulheres e feministas, como representativa das experiências de todas as mulheres de quaisquer lugar do mundo, sem considerar as diferenças e desigualdades que marcam suas vivências, tais como as desigualdades de classe e de raça. “Classe”, como observa Souza Lobo é pensada através da representação masculina desconsiderando que a “classe operária tem dois sexos”. (1991:08) Assim, não pensando através do conceito de sexo, mas de gênero, a classe trabalhadora possui em sua composição uma imensa diversidade que incluiu as relações de gênero, de raça e a sexualidade que produzem novas configurações nas desigualdades laborais. Essas desigualdades têm fortes consequências sobre a possibilidade de acesso a empregos formais, aos postos com melhores salários e sobre a maior ou menor oportunidade de ascensão na carreira.

O rompimento com a universalidade de “classe” permite pensar nas não tão novas dinâmicas do mundo do trabalho, que discriminam e prejudicam mulheres cisgêneras, negros, negras, homossexuais, lésbicas, homens e mulheres trans*. Os conceitos desenvolvidos pela análise marxista ortodoxa oferecem uma importante contribuição para pensar a relação capital-trabalho. Porém, assim como o capitalismo passa historicamente por constantes

transformações, o conceito de classe deve também contemplar outros sujeitos que marcados por gênero, raça ou pela sua sexualidade, ocupam os postos de trabalhos mais precarizados, e muitas vezes informais. Isto significa superar a versão da classe social como identificada como o universo dos trabalhadores homens e brancos.

Os estudos do trabalho que incorporam o gênero contribuíram com pesquisas cruciais para romper essa universalização do conceito de classe. No entanto, muitos deles não se aprofundaram nas complexidades do debate em torno da categoria de gênero, mantendo uma concepção biológica do que é o “ser mulher”.

Conforme discutido no capítulo 1, o debate sobre gênero levou a um questionamento do determinismo biológico, consagrando a visão de que “ser homem” ou “ser mulher” são construções sociais e históricas. Isso significa que o feminino e o masculino podem representar coisas muito distintas dependendo do momento histórico e das características culturais e das condições de cada sociedade. Esse caráter socialmente construído do gênero pode ser ilustradas nos relatos das entrevistas expostos. Como primeiro exemplo, inicio a discussão analisando a história de Luiza e Camila. Ambas, ao assumirem sua identidade de gênero, foram demitidas dos seus locais de trabalho, passando por um longo período de desemprego. A mudança da identidade de gênero, não só aprofunda a precariedade das suas condições de vida, como deixando em uma situação de vulnerabilidade econômica. Devido ao conjunto de fatores que levam a experiência da transexualidade a ser considerado como doença, esse estigma retira seus direitos ao trabalho.

O artigo 1 da Convenção nº 111 da OIT define discriminação como:

- a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;
- b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam e outros organismos adequados.

Além da normativa desse órgão, na Constituição Brasileira, o trabalho é um direito inalienável, como Agnoletti e Mello Neto explicam em seu artigo

A República Federativa do Brasil enquanto Estado Democrático de Direito, conta-se como axiologicamente equivalentes o fundamento da dignidade da pessoa humana (art 1º,III) e do valor social do trabalho (art1º,IV,1ª parte); dentre seus os objetivos estão a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art.3º,I), a erradicação da pobreza, da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais (art.3º,III) e a promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de

origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (art.3º,IV); ainda na esfera protetiva dos direitos e deveres individuais e coletivos, elencam-se o direito à igualdade independentemente de gênero (art.5º, I), a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas por lei (art.5º, XIII). O art.6º relaciona como direito social fundamental o direito do trabalho. A valorização do labor humano é declarada como alicerce da ordem econômica (art.170) e da ordem social (art.193), sendo um dos objetivos da assistencial social a promoção da integração ao mercado de trabalho (art.203, III). (2009:02).

Mesmo com essa normativa e os direitos fundamentais do trabalho sendo protegidos pela Constituição, não são instrumentos que contribuem para a erradicação da violência e dos preconceitos que as pessoas trans* sofrem. Não há nenhum órgão que fiscalize essas atitudes de funcionários e de empresas. Além disso, não há órgãos competentes, nas quais as pessoas possam denunciar as discriminações e abusos sofridos e garantir seus direitos.

O caso de Camila é um pouco diferente, pois contou com a posição de juiz que de fato, seguiu as normativas elencadas, além de priorizar a lei da proteção da dignidade humana de qualquer pessoa.

*Considerando ilícito patronal e dispensa discriminatória a tentativa de limitar a nova condição de pessoa transgênera assumida pela empregada. O respeito à dignidade da pessoa contempla, dentre outros, o direito subjetivo do indivíduo de estabelecer relações sociais com outros seres humanos, tanto fora como no ambiente de trabalho, especialmente se levarmos em conta que é no desempenho da atividade profissional que toda pessoa, em maior ou menor extensão, tem a oportunidade de se socializar e firmar a sua nova condição de transgênero. Mesmo em escola profissional, o respeito à dignidade do transgênero é indeclinável. Desvio de comportamento patronal enseja dano moral indenizável”.*⁵⁷

Ao observar esses casos e diversos outros que aparecem em outras fontes de notícias, percebemos como o acesso aos direitos básicos são cotidianamente negados às pessoas trans*. Não é à toa que as reivindicações do movimento das pessoas trans* que se tornaram mais fortes nos últimos anos referem-se ao direito a cidadania e ao acesso ao trabalho⁵⁸.

Pelos relatos das pessoas entrevistadas, mostradas no início desse capítulo, percebemos algumas características específicas dos postos de trabalho ocupados por essas pessoas. Gostaria primeiramente, de elencar algumas particularidades do telemarketing,

⁵⁷ Excerto da publicação Camila Godoi em seu *Facebook* (Caderno de Campo, 21/03/2017).

⁵⁸ Sobre essas reivindicações, no ano 2016, foi realizado a II Caminhada Pela Paz – Sou Trans e Quero Dignidade e Emprego. Mais informações disponíveis em: << <http://www.nlucon.com/2017/01/2-caminhada-pela-paz-sou-trans-e-querer.html> >.

As dificuldades vivenciadas no telemarketing pelas pessoas trans* possuem diferentes que as percebidas por Selma Venco (2009) ao tratar da presença de homossexuais nesse setor. Como mostrado nas entrevistas de Hailey e Carlos, há dificuldades para a implementação do nome social para alteração dos registros de identificação nas empresas, bem como para o uso do banheiro. No caso de Hailey foram necessárias diversas conversas, no caso de Carlos, a relação foi mais tranquila, talvez devido ao fato de que um grupo de pessoas trans* que já trabalhava na empresa.

No estudo de Venco (2009) e nas entrevistas que realizei, é possível perceber que um dos fatores que o explica a razão do telemarketing empregar tanto pessoas trans* como homossexuais e lésbicas, advém do grande fluxo de entrada e saída de pessoas, já que a demanda pelos serviços prestados é extremamente alta. Além disso, como mencionado por Hailey, é um trabalho realizado através do telefone, e por isto, onde as pessoas ficam “escondidas” através de suas vozes.

Hailey e Carlos explicam que o *telemarketing é a segunda ocupação que emprega mais pessoas trans* depois da prostituição*. Devido aos constantes preconceitos vivenciados pelas pessoas trans* (transfobia), muitas vezes acompanhados pela expulsão familiar, o telemarketing aparece como uma forma mais rápida e acessível para entrar no mercado formal. Como verificamos nos depoimentos são pessoas mais jovens que buscam pagar o aluguel e/ou faculdade, mas buscam também reconhecimento e aceitação. A “aceitação” dos empregadores do telemarketing é justificada por considerarem as pessoas trans* como excelentes profissionais e comprometidas, sendo reconhecidos pela sua alta produtividade (VENCO, 2009). Assim, o telemarketing se transforma em uma opção para pessoas consideradas marginalizadas, como uma forma de garantir seu sustento e um contrato de trabalho que lhes conferem todos os direitos trabalhistas.

3.2. Afinal, prostituição é trabalho?

Como mencionado anteriormente, a prostituição é a ocupação que mais agrega pessoas trans*. A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) estima que aproximadamente 90% das travestis e transexuais estão exercendo a prostituição no Brasil, tratando a inserção dessas pessoas nos mercados do sexo como uma dinâmica “compulsória” que expressa desigualdades. Nesse sentido, além de reivindicarem a ocupação de outros e diversos lugares dentro do mercado de trabalho, conheci muitas travestis e transexuais que defendem “melhores condições laborais” no próprio exercício da prostituição. Com o intuito

de exemplificar essas demandas e reivindicações, podemos analisar os fragmentos de depoimentos de Ana e Rosa citados no início desse capítulo que questionam sobre a falta de direitos trabalhistas e reconhecimento da ocupação da prostituição.

Como explica Adriana Piscitelli (2016), o conceito de “prostituição” está cotidianamente em disputa e interligado a uma rede de significados, por isso, ele perde seu sentido se analisado isoladamente. Aline Tavares (2014) completa essa perspectiva, defendendo que “a prostituição só pode ser pensada na relação com classe, gênero, geração, etnia e relacionada com sistemas de trabalho, economia, lazer, geografia urbana, trocas afetivas, sexuais e corporais.” (2014:268).

Piscitelli (2005) discute a noção de “mercados do sexo”, que compreende como um “jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade”. Esse conceito foi formulado a partir da noção de mercado formulada por Bourdieu, que “não se reduz à economia de mercado, à organização das relações sociais constitutivas da esfera da produção e/ ou no âmbito do qual tem lugar o consumo”. Longe disso, ela remete ao vasto terreno dos “intercâmbios materiais e simbólicos mediante os quais se organiza o social” (PISCITELLI, 2016:4). Essa ideia permite vislumbrar a “prostituição” em um contexto situado e, sobretudo, permite analisá-la, contemplando os diversos intercâmbios e modalidades simultâneas de trocas que estão muito além da propalada ideia de “venda do corpo”. Como mostram diversas pesquisas etnográficas sobre prostituição (TEDESCO, 2008; OLIVAR, 2010; PISCITELLI, 2013; TAVARES, 2013), o sexo pode ser trocado por diferentes bens, como presentes, roupas, aluguel, contas e alimentos.

O conceito de “mercados do sexo” é também tributário de proposições e reflexões feministas, que observam atentamente as distribuições desiguais de poder que permeiam as trocas e como se expressam as articulações entre gênero e outros marcadores sociais de diferença; sem desconsiderar o agenciamento das/os sujeitas/os que se inserem nessas redes de relações. Paralelamente à noção de “mercados do sexo”, desenvolve-se – sobretudo na literatura internacional - a noção de “economias sexuais”, como uma tentativa de “situar os intercâmbios sexuais e econômicos nos universos sociais dos quais ele faz parte, se distinguindo da prostituição” (PISCITELLI, 2016:08). Essa noção contribui para analisar as relações transnacionais, e as articulações entre relações sexuais e econômicas, que compreendem intercâmbios que produzem diversas formas de conjugalidade. Ou seja, permitem pensar de uma forma mais complexa e interligada as trocas que articulam os “mercados do sexo” com os casamentos e a produção de famílias, levando em consideração as redes de afeto que são transversais a essas relações. É importante observar que essas análises

são costuradas através das vinculações entre sexo, afeto, poder e sensualidades, sendo formuladas e reelaboradas em contextos específicos com o objetivo de compreender como essas relações são entendidas pelas/os que estão envolvidas/os.

Para iniciar a discussão sobre a prostituição no Brasil, é importante abordar os três modelos legais mais importantes que discutem a prostituição, e que se tornam campos de disputas políticas e sociais nos espaços institucionais. Tavares (2014) classifica os três modelos hegemônicos, tanto nas visões teóricas e políticas quanto na legislação sobre a prostituição:

- 1- Regulamentarista – modelo que entende a prostituição como um mal necessário, e que portanto deve ser regulada pelo Estado. Parte-se da ideia de que a prostituição sempre existiu e que cumpre uma função importante no controle da sexualidade masculina. Para isso, criam-se as chamadas “zonas de tolerância”, onde a prostituição é permitida, porém controlada pelo Estado.
- 2- Proibicionista – sistemas que criminalizam tanto a prostituta quanto as demais atividades ligadas à prostituição, como donos de hotéis, agenciadores, donos de estabelecimentos onde se realizam os programas, etc. Os EUA é o grande representante dessa corrente.
- 3- Abolicionista – Entende a prostituta como uma vítima social, e portanto não deve ser criminalizada, ao contrário dos demais agentes envolvidos no processo de troca comercial do sexo. Essa é a linha hegemônica das políticas de Estado, sendo proposta pelo ONU.

Tavares (2014) também cita uma nova vertente intitulada como “autodeterminação da mulher prostituta” que se caracteriza pela inserção das trabalhadoras do sexo no cenário político de discussão sobre a prostituição. É um movimento descentralizado e recente, com dificuldades de financiamento, e se insere na disputa de qual modelo jurídico melhor se adapta às experiências da prostituição. Essa vertente discute o trabalho sexual através da tendência trabalhista, que atua no reconhecimento da prostituição enquanto profissão, e reivindica que a trabalhadora do sexo possa ser registrada como autônoma ou empregada, de forma que o empregador tenha responsabilidades pelos encargos trabalhistas. A diferença entre esse modelo e o regulamentarista diz respeito às regras trabalhistas da ocupação, pois a prostituição não seria uma atividade diferente das registradas na Classificação Brasileira de Ocupações, devendo ser regulada como todas as outras atividades econômicas sob a proteção das leis trabalhistas.

Não existe um modelo que seja consenso entre os movimentos organizados das trabalhadoras do sexo. Existem organizações, como a Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, que acreditam que a despenalização dos agentes envolvidos nas atividades da prostituição, pode proporcionar maiores poderes para as/os cafetinas/cafetões, aumentando as situações de estigma e vulnerabilidade, contribuindo com o aprofundamento da

marginalização das trabalhadoras do sexo. Outros grupos, como a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), acreditam que despenalizar a atividade é uma estratégia para a luta contra o estigma da profissão. “O reconhecimento da atividade como uma profissão deslocaria a discussão da prostituição do âmbito moral para a esfera da luta por direitos sociais. Além disso, retiraria a prostituição da esfera da ilegalidade e informalidade.” (TAVARES, 2014: 269)

Para Monique Prada, presidenta da CUTS – Central Única das Trabalhadoras do Sexo e para Amara Moira, conforme exposto em seu relato, o debate não deveria se pautar pela posição binária entre regular ou não a atividade, mas discutir as “condições de trabalho das trabalhadoras do sexo”. Discutir nesses termos permitiria enxergar as tramas, fronteiras e limites do trabalho sexual, o que envolve os debates sobre os locais de trabalho, a regulamentação das casas de prostituição: funcionamento, segurança, higiene, valores, comissões, porcentagens do uso dos quartos; bem como as dinâmicas da prostituição de rua: segurança, violência policial e de clientes, iluminação e higiene.

Nesse debate sobre a prostituição encontram-se os dilemas sobre considerar ou não a prostituição enquanto trabalho. Para além do reconhecimento e indagações dos movimentos das trabalhadoras do sexo, é necessário discutir suas nuances acerca do cotidiano, onde se encontram as suas particularidades bem como suas características.⁵⁹

Assim como Olivar (2012) e Tavares (2014), opto por não direcionar os argumentos e a discussão através da consideração de que a prostituição é “um trabalho como outro qualquer”. Cada trabalho possui especificidades, características e distintas relações laborais. Assim, considerar a prostituição “como outro trabalho qualquer”, apaga toda a complexidade da discussão acerca das suas características e dimensões, e impossibilita o aprofundamento das discussões acerca da ocupação. Ademais, acredito que os diversos termos através dos quais a profissão é denominada refletem a relação das sujeitas com sua atividade, que se inter-relacionam com marcadores sociais da diferença (gênero, raça, classe, localidade, idade) que operam na construção das identidades a permeiam.

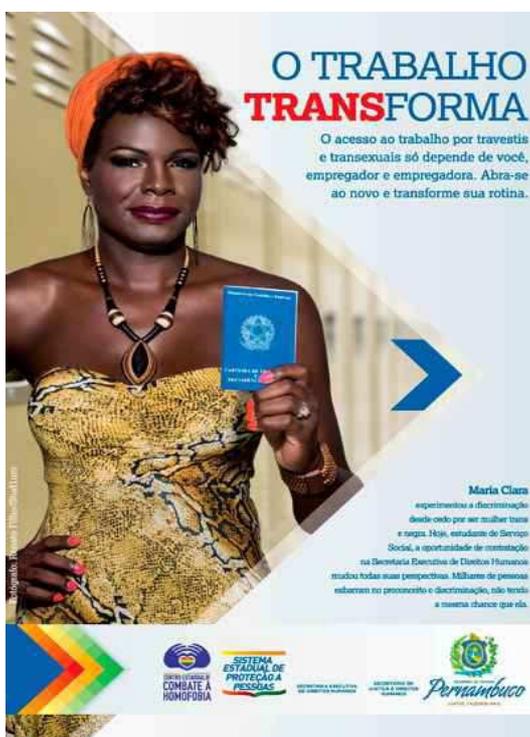
3.3. Construindo alternativas para o ingresso no mercado de trabalho

⁵⁹ Torna-se necessário frisar que a atividade da prostituição nunca foi ilegal no Brasil.

3.3.1. Campanhas Institucionais

Com o intuito de discutir sobre a transfobia institucionalizada nos ambientes de trabalho, diversas prefeituras e órgãos federais iniciaram campanhas para discutir o ingresso das pessoas trans* no mercado de trabalho. A ideia é promover a autoestima das pessoas trans*, além de incentivar a sua contratação pelas empresas. Como exemplo trago imagens de algumas dessas campanhas que entraram em vigor no período da pesquisa.

Figura 2: Projeto impulsionado pela Secretaria Executiva de Direitos Humanos de Pernambuco (na foto: a ativista Maria Clara).



Fonte: imagem postada na página da Secretaria Executiva dos Direitos Humanos de Pernambuco e capturada pela autora.

Figura 3: Campanha Impulsionada pelo Ministério do Trabalho.



Fonte: imagem postada na página do Facebook do Ministério do Trabalho e capturada pela autora.

Figura 4: Print retirado da página do Conselho Superior da Justiça do Trabalho sobre o uso do banheiro.



Fonte: imagem postada na página do Conselho Superior de Justiça do Trabalho e capturada pela autora.

Figura 5: Print retirado do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSTJ sobre preconceitos.



Fonte: imagem postada na página do Conselho Superior de Justiça do Trabalho e capturada pela autora.

3.3.2. Site de empregabilidade

Com o objetivo de superar as dificuldades das pessoas trans* para entrar no mercado de trabalho, o Transemprego foi criado como um site para divulgar vagas no mercado de trabalho em parceria com empresas engajadas no combate à transfobia. O projeto foi criado pelas ativistas Daniela Andrade e Márcia Rocha, e pelo ativista Paulo Bevilacqua.

A dinâmica do site é simples: as pessoas se cadastram e acompanham as vagas divulgadas conforme seu interesse. Quando lançaram a plataforma, dez empresas ofereceram empregos no site. Márcia Rocha em um dos eventos organizados por ONG's e movimentos sociais, fechou uma parceria com empresas que compõem o Fórum de Empresas e Direitos LGBT para abranger a divulgação das vagas no site.

As vagas divulgadas são bastante heterogêneas, variando de auxiliar administrativo, recepcionista, acompanhante terapêutico, telemarketing, profissional de salão de beleza, design, psicólogo, aprendiz, profissional de vendas e etc. As vagas variam também pelo tipo de contrato: meio período, integral, temporário. Em entrevista, Marcia Rocha complementa que uma variedade na oferta para distintos níveis de escolaridade e de experiência. Ainda segundo ela, existem muitas pessoas qualificadas, mas que não encontram a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

3.3.3. Transcidadania

O programa Transcidadania foi lançado no dia 29 de janeiro de 2015 pelo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT). Coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o programa determinava o oferecimento de R\$ 840 para travestis e transexuais concluírem ensino fundamental e médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Após a conclusão do Ensino Médio, as/os participantes eram encaminhados para o programa PRONATEC para se profissionalizarem e concluírem com uma vaga de estágio. O programa tem duração de dois anos. Na primeira fase do projeto, foram disponibilizadas 100 vagas.

Além do orçamento de cerca de R\$ 3 milhões da SMDHC, outras secretarias desenvolveram ações específicas com verbas próprias. A Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo, passou a oferecer tratamento hormonal às participantes em duas Unidades Básicas de Saúde. Além disso, a Secretaria de Políticas para Mulheres começou a realizar atendimento prioritário às travestis e transexuais vítimas de violência doméstica no Centro de Referência da Mulher (CRM). A Secretaria de Educação, por sua vez, regulamentou a utilização do nome social na rede municipal de ensino em boletins, livros, registros escolares, certificados e diplomas.

No dia 29 de janeiro de 2016 para comemorar o primeiro ano do programa e o dia da Visibilidade *Trans**, a prefeitura de São Paulo promoveu um evento na capital para divulgar a extensão do programa para 100 novas vagas e o aumento da bolsa que passou a

ser de R\$910,00.

Nesse dia participei do evento com o intuito de estabelecer novos contatos, entrevistar⁶⁰ participantes e responsáveis pelo programa. O evento aconteceu na Galeria Olido, no centro da cidade de São Paulo, um lugar bem localizado e conhecido como um pontos noturnos de prostituição.

Ao chegarmos ao evento, havia cerca de 200 pessoas *trans**, em sua maioria travestis e mulheres transexuais, na faixa etária de 20 a 50 anos. Percebia-se bastante simplicidade, entre sorrisos alegres, ansiedades e conversas paralelas sobre expectativas, sobre os programas da noite anterior e a possibilidade de conhecer o “*Prefeito Gato*”⁶¹. Os diálogos se cruzaram nos assuntos “*espero que daqui pra frente, eu não precise ir para pista mais, quero ser cabelereira*”; “*até dar realmente certo continuarei fazer programas*”⁶².

Na entrada do evento, os organizadores distribuíram um kit que consistia numa bolsa do programa, programação do evento e o manual “*Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho: Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia*”⁶³.

A abertura do evento se iniciou com um vídeo do Transcidadania com as/os participantes do programa 2015/2016 e com a apresentação de Juny Kraiczuk- coordenadora do Programa, Gustavo Menezes, coordenador do Centro de Cidadania LGBT Auroche/SMDHC, Beto de Jesus – Aids Health Care Foundation Brasil, Ester Lisboa-Koinomia Presença Ecumênica e Serviço, Gil Santos – militante homem transexual da Central de Movimento Populares.

Juny Kraiczuk inicia o evento apresentando os dados e os focos pro projeto que consistem na: - escolaridade: ensino fundamental, médio, Cursos de Direito Humanos e Cidadania; - profissionalização: curso técnico pelo PRONATEC⁶⁴ - estágios em empresas parceiras do programa; - atendimento com as assistentes sociais para encaminhamento para os CRT’s de Saúde, onde disponibilizam a hormoterapia, auxílio jurídico e psicológico.

Explicou os dados socioeconômicos das/os participantes no início do projeto: - faixa etária de 19 a 60 anos; - auto identificação racial: 42% são negras, 32% pardas e 26% brancas; grande parte das/os usuárias/os são da região do Sudeste e Nordeste; - situação de

⁶⁰ O dialogo foi realizado, porém, não foi permitida a gravação das entrevistas. Foi autorizado somente as anotações no caderno de campo.

⁶¹ “*Prefeito Gato*” é a forma como algumas as pessoas nomeavam o prefeito Fernando Haddad. Percebe-se que há bastante aprovação do governo municipal devido ao programa.

⁶² Trechos retirados do caderno de campo de 29/01/2016.

⁶³OIT. Disponível em: << <http://www.oit.org.br/content/promocao-dos-direitos-humanos-de-pessoas-lgbt-no-mundo-do-trabalho-construindo-igualdade-de-> >>.

⁶⁴ Atualmente, a parceira com o PRONATEC precisou ser finalizada por problemas referentes à verba.

moradia: 2% em situação de rua, 56% em situação de aluguel, 23% vivem com outra pessoa, 19% vivem com familiares. Mencionou também que a grande maioria abandonou os estudos na fase do ensino fundamental: 85% das/os participantes estão cursando o ensino fundamental e 13% cursam o ensino médio. Falou também que as dificuldades que as/os participantes elencaram sobre a permanência no ensino escolar foi a prostituição, conflitos familiares, expulsão de casa e preconceito. Após um ano de programa 40% estão no ensino médio e 56% no ensino fundamental. A porcentagem de evasão chega somente à 4%. Também afirmou que o Programa estimulava as/os participantes a participarem da política da cidade, como por exemplo, o Conselho LGBT e SPM Mulheres.

Após essa mesa de abertura, iniciou-se a mesa sobre “Empregabilidade”. A primeira a se apresentar foi Keila Simpson, presidenta da ANTRA, travesti, negra, por volta dos 40 anos. Uma forte influência para todos que estavam plateia. No momento de sua apresentação, diversas pessoas se levantam para saudar de pé a militante. Keila começa abordando os preconceitos que as pessoas *trans** sofrem na sociedade:

*A sociedade insiste em nos deixar na margem, porém não ficaremos. Não ficaremos no obscuro das ruas. Vamos estudar e vamos ocupar as vagas de trabalho, teremos empregos formais e vamos entrar nessa disputa. O Transcidadania é uma revolução.*⁶⁵

Keila também afirma que é a formação escolar que garante a oportunidade para a inserção no trabalho formal:

Terminar os estudos é um caminho para o trabalho formal. O trabalho possui a capacidade de diminuir o número de mortes que a nossa população sofre. Hoje, a ANTRA registrou cerca de 57 mortes de travestis. Não podemos aceitar mais isso. Somos cidadãos como qualquer outra pessoa. Temos que garantir nossos direitos.

Após a apresentação de Keila Simpson, Karina Chaves, Gerente de Responsabilidade Social e Diversidade do Carrefour, apresentou os planos da empresa para erradicar o preconceito contra LGBT nos espaços laborais. Um desses planos foi denominado como “Comitê da Diversidade”⁶⁶ com o intuito de promover espaços de inclusão no mercado de trabalho. Karina explica que atualmente, há 25 pessoas *trans** empregadas no Carrefour, em diversos setores: atendimento, estoque, caixa e líder de equipes. Para combater os preconceitos entre os colegas de trabalho, foi desenvolvido dentro do “Comitê da

⁶⁵ Trechos retirados do caderno de campo. 29/01/2016.

⁶⁶ CARREFOUR. Valorizamos a diversidade. Disponível em: << <https://www.carrefour.com.br/institucional/sustentabilidade/social/valorizamos-a-diversidade> >>.

Diversidade” um treinamento educacional voltado para as discussões de gênero e sexualidade. A empresa também criou dois outros espaços para difundir o “Comitê da Diversidade”, a “Rede Cidadã” para divulgar as vagas de emprego pelas prefeituras e outros órgãos públicos e um curso denominado “Conexão Varejo”, um curso voltado para participantes do *Transcidadania*, para as pessoas que queriam ingressar no mundo das vendas. Nessa apresentação, ela afirma o compromisso da empresa com o projeto *Transcidadania* para empregar mais pessoas *trans** na empresa.

Após a apresentação da representante do Carrefour, falaram também Ângela Pires, assessora de Direitos Humanos do escritório do Coordenador Residente da ONU e Reinaldo Bugarelli, representante do Fórum de Empresas e Direitos LGBT e da TxaI Consultoria e Educação para apresentarem o “*Manual sobre Direitos das pessoas LGBT no Mundo do Trabalho*”. Esse manual é uma iniciativa da OIT, PNUD, UNAIDS e outros parceiros, e mostrar como uma forma de evidenciar os preconceitos sofridos pelas pessoas LGBT no mundo do trabalho e como essa população ainda está excluída do mercado de trabalho. Reinaldo também apresentou empresas que estão fazendo parte do Fórum de Empresas e Direitos LGBT e explicou como é essa dinâmica. As empresas que participam do Fórum e assinam o manifesto e 10 compromissos para erradicar os preconceitos LGBT, se comprometem a diminuir a discriminação no ambiente de trabalho e a contratar pessoas LGBT. Algumas das empresas parceiras são: 3M, Accenture, Atento, Avon, BASF, BAYER, Banco do Brasil Seguros, Mapfre Seguros, Bloomberg, Grupo Carrefour, DELL, DOW, Dupont, *Facebook*, Google, IBM, JLL e dentre outras⁶⁷.

O *Transcidadania*, assim como a iniciativa desse evento, é uma política de ação afirmativa que tem um impacto positivo na luta contra a transfobia e na abertura das empresas para a contratação de pessoas *trans**. Como anunciando em uma das campanhas visuais, nenhuma pessoa tem menos potencial por ser uma pessoa *trans**

O desafio que percebemos para essas empresas que participam do Fórum é tornar mais visível a divulgação das vagas de emprego e também possibilitar contratações correspondentes ao grau de escolaridade e experiência profissional das pessoas *trans*.

Percebo que grande parte das empresas que participam desse Fórum oferecem vagas de trabalho que não exigem qualificações específicas por serem postos de baixos salários ou com contratos precários. São empresas dos setores de telemarketing, fábricas do setor eletrônico, do grande comércio e de T.I. Este último tem sido marcado por contratos

⁶⁷ As empresas que participam do Fórum podem ser consultadas em: << <http://www.forumempresaslgbt.com/empresas/> >>.

temporários, pela subcontratação de trabalhadoras/es autônomas/os, que em grande parte, trabalham por projetos, sem contrato por tempo indeterminado. (CASTRO, 2013)

Considerações Finais

Como podemos perceber as dificuldades encontradas para ingressar e se manter no mercado de trabalho advém do estigma proporcionado pela patologização das experiências transexuais e travestis. Se por um lado, há ativistas e militantes do movimento organizado que acreditam que de certa forma, a despatologização pode reduzir o compromisso do Estado com as políticas de saúde até então formuladas, como é o caso do “Processo Transexualizador”, por outro, o estigma que mantém a classificação dessas experiências como “doença”, contribui para a marginalização e naturalização da violência. Reflexo desse estigma encontra-se na exclusão dessas pessoas no mercado de trabalho.

Além disso, ao colocar as experiências trans* à margem dos processos de inserção social, levam esses sujeitos a sofrerem com a falta de acesso à cidadania e aos direitos sociais. O trabalho considerado como direito protegido pela constituição, torna-se um espaço de exclusão ou de super exploração, privando esses sujeitos da sua dignidade humana.

Mesmo com todas essas barreiras, esses sujeitos se organizam para buscar, através de diálogos com instâncias estatais e federais, e formas alternativas de políticas, reivindicar seus direitos. Por exemplo, campanhas on-line pelo Nome Social, pelas retificações dos documentos civis e pelo direito ao trabalho. Carvalho (2014) explica a impossibilidade de efetuar as alterações documentais devido à “falta de reconhecimento jurídico que se caracteriza como uma das principais forças catalizadoras de diversas lutas sociais que, nesse sentido, podem ser caracterizadas como luta por reconhecimento”. Axel Honneth (2003) em “Luta por reconhecimento” discute que vivências de desrespeito podem ser transformadas em reivindicações públicas, fazendo com que sujeitos lutem por condições que alteram as situações de desrespeito por uma melhoria da vida coletiva. Como Aguião (2011) observa, “as emoções se tornam bandeiras políticas para o movimento”.

A reivindicação por cidadania é impulsionada pela ausência dos princípios de igualdade e tornam-se bandeiras do movimento demonstrando a fragilidade das aplicações das nossas leis e normas que, ao enunciar que “todos os indivíduos são iguais perante as leis” mostram a existência de hierarquias que definem os que podem ou não ter acesso aos direitos sociais, civis e aos direitos do trabalho. Através dos relatos e das experiências compartilhadas durante a realização da pesquisa, podemos concluir que a maioria das pessoas trans* quando conseguem trabalho, o encontram na prostituição, no mercado informal, em serviços terceirizados e/ou como ‘freelancers’, dentre outras formas “atípicas” de trabalho, marcadas essencialmente pela precariedade.

Referências Bibliográficas

- AGNOLETI, Michelle; MELLO NETO, José Baptista de. Trabalho e emprego para travestis: do estigma à realização pessoal e profissional. **Trabalho apresentado no V Encontro Anual da ANDHEP - Direitos Humanos, Democracia e Diversidade**, realizado na UFPA, Belém (PA), de 17 a 19 de setembro de 2009. Disponível em: << <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/Vencontro/gt6/gt06p01.pdf> >>.
- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n.14, pp.380-407, 2013.
- ALVAREZ, S. E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n.43, 2014.
- ARÁN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, v.28, pp.129-147, 2007.
- ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.20, n.1, 2008.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. O que é cisgênero? **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <http://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/> >>. 2014.
- _____. O que é um Laudo? **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <https://transfeminismo.com/o-que-e-um-laudo-um-pouco-sobre-a-recusa-a-cidadania-cirurgica/> >>. 2014.
- BARROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, pp.458-463, 1995.
- BBC. **Como saiaços se tornaram arma para debater igualdade de gênero nas escolas**. Disponível em: << <http://igay.ig.com.br/2016-04-01/como-saiacos-se-tornaram-arma-para-debater-igualdade-de-genero-nas-escolas.html> >>. 2016.
- BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, pp.569-581, 2012.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do Corpo. Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro. Goramondi. 2006.
- _____. **O que é transexualidade?** Editora: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 2008
- _____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. Stonewall 40+ o que no Brasil? / Leandro Colling, organizador. - Salvador: EDUFBA, 2011. 282 p. - (Coleção CULT; n. 9).
- BOECKEL, C. **Curso preparatório para o Enem reúne transexuais e travestis no Rio**. Disponível em: << <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/curso->

- preparatorio-para-o-enem-reune-transexuais-e-travestis-no-rio.html >>. 2015.
- BONOMI, Carolina. **Inserção das mulheres trans no mercado de trabalho**. 2015. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Bolsa: PIBIC/CNPq. Vigência: Agosto/2014 a Julho/2015.
- _____. **Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?** 2016. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica. Bolsa PIBIC/CNPq. Vigência: Agosto/2015 a Julhp/2016.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.26, 2006.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble**. New York, Routledge, 1990.
- _____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira. 1991.
- _____. O Corpo que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Guacira Lopes Louro (org). 2ª Edição. Autentica. Belo Horizonte. 2000.
- _____. **Undoing Gender**. New York, Routledge, 2002.
- _____. **Bodies that Matter: on the discursive limits of sex**. New York: Routledge, 2004.
- _____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis Revista de saúde Coletiva**, Riode Janeiro, v.19, pp.95-126, 2009
- CARNEIRO ARAÚJO, Ângela Maria. Gênero nos estudos do trabalho. In: Maria Lygia Quartim de Moraes (org). **Gênero na fronteira do Sul. 1ª Ed., Campinas, Brasil. Pagu/Unicamp**, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v.17, n.49, p.117-133, 2003.
- CARVALHO, Mario Felipe Lima; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.14, p.319-351, 2013.
- _____. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante // *Trans cyber-activism: observations on a new generation of activists*. **Contemporanea-Revista de Comunicação e Cultura**, v.13, n.2, pp.382-400, 2015.
- CARVALHO, Mario. Ver para não ser visto: visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil. **IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES**. Dezembro 2013. Disponível em: << http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/4.1.2_Mario_Carvalho.pdf >>.
- CASTRO, Bárbara Geraldo. Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, n.15, pp.134-161, 2014.

- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, power and the politics of empowerment.** New York ; London: Routledge, c1991. 265p. (Perspectives on gender, v.2).
- COUTINHO JÚNIOR, J. **Trans e travestis que passaram no vestibular relatam superação da exclusão.** Disponível em: << <https://www.brasildefato.com.br/node/33985/> >>. 2016.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, pp. 171, 2004.
- DAVIS, Angela. Women, Race and Class. **New York: Vintage**, pp.294, 1983.
- DELCOLLI, C. **Travesti é o 1 lugar em vestibular de universidade federal.** Disponível em: << <http://exame.abril.com.br/brasil/travesti-e-1o-lugar-em-vestibular-de-universidade-federal/> >>.
- DUMARESQ, Leila. **“O Cisgênero existe”.** Disponível em: << <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. >>. Acesso em 05/05/2016.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Clube de Autores, 2009.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Editora Garamond, 2005.
- _____. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. **Disputando sentidos em rede: convenções e práticas sobre política e homossexualidade numa comunidade universitária no Facebook.** Texto de qualificação no Programa de Mestrado de Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas. 2015.
- _____. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- FEINBERG, Leslie. Transgender Liberation: A Movement Whose Time Has Come. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The Transgender Studies Reader.** New York: Routledge, 2006
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, n.44, 2015. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332015000100199&lng=en&nrm=iso >>.
- FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo: um manifesto da revolução feminista.** Editorial Labor do Brasil, 1976.

- FOUCAULT, Michel. La gubernamentalidad. **Espacios de poder**. La Piqueta. Madri. p. 9-26, 1991.
- _____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Graal, 2005.
- FREIRE, Lucas. *A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- GALDINO, L. **Projeto cria curso pré-vestibular gratuito para transexuais de BH**. Disponível em: << <https://catracalivre.com.br/bh/educacao-3/gratis/projeto-cria-curso-pre-vestibular-gratuito-para-comunidade-trans-de-bh/> >>.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, pp.7-41, 2009.
- _____. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. n.22. 2004. Disponível em: << <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009> >>.
- HYPENESS. **São Paulo ganha pré-vestibular gratuito para transexuais**. Disponível em: << <http://www.hypeness.com.br/2016/03/sao-paulo-ganha-curso-pre-vestibular-gratuito-para-transexuais> >>.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v.26, n.1, pp.61-73, 2014.
- HOOKS, Bell. **Ain't I A Woman: Black Women and Feminism**. Boston, MA: South End Press, 1981.
- _____. **Black women shaping feminist theory**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 193-210, 2015. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000200193&script=sci_arttext >>
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **universitas humanística**, n.78, pp.241-257, 2014.
- JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v.11, n.2, 2012.
- KAAS, Hailey. Trans* como termo guarda chuva. **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/> >>. 2013.
- _____. O que é Transfeminismo? Uma Breve Introdução. **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <https://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/> >>. 2015.
- KOFES, Suely Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, 2007.
- KOLLONTAI, Alexandra. The Family and the Communist State. **Bolshevik Visions, part**, v.1, pp.67-76, 1918.
- KOYAMA, E. The Transfeminist Manifesto. In: DICKER, R.; PIEPMEIER, A. (Org.). **Catching A Wave: Reclaiming Feminism for the 21st Century**. Boston: Northeastern University Press, 2003.

- _____. Whose Feminism Is It Anyway? The Unspoken Racism of The Trans Inclusion Debate. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. **Hollanda HB, organizadora. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, pp.206-42, 1994.
- LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. **Uma questão de gênero**. Organização de Albertina Oliveira Costa, Cristina Bruschini. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp.252-265.
- LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. **Bulletin: Homophobia and education**, v.14, n.3/4, pp.9, 1983.
- LOURDE, Audre. **Sister outsider**. Trumansburg, NY: Crossing, 1984.
- MARSHALL, T. H.; **Cidadania, Classe Social. Status**. Rio de Janeiro. Zahar. 1967.
- MIRANDA, I; BRITO, S. **Transexuais protestam na Unicamp contra preconceito**. Disponível em: << http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/12/ig_paulista/228873-transexuais-protestam-na-unicamp-contrapreconceito.html >>.
- MOIRA, Amara. De onde vêm nossas disforias? **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <https://transfeminismo.com/de-onde-vem-nossas-disforias/> >>. 2013
- _____. **E Se Eu Fosse Puta**. Editora Hoo Editora. São Paulo. 2016.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre. Tese de Doutorado Defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- _____. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis?. **Sexualidad, salud e sociedad**, n.11, pp.88-121, 2012.
- _____. **Devir puta: políticas da prostituição na experiências de quatro mulheres militantes**. EdUERJ, 2013.
- PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual** (1988). Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- PEIRANO, Mariza. “Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil”. **Sociedade e Estado**.v.1, n.1, pp.49-64, 1986
- _____. “O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos.”. **Horizontes Antropológicos**. n.32, pp.53-80, 2006.
- _____. De que serve um documento? In: Moacir Palmeira & César Barreira (orgs.). **Política no Brasil. Visões de antropólogos**. Rio de Janeiro, Relume Dumará: pp.13-37, 2006
- _____. “A lógica múltipla dos documentos”. Mariza Peirano (org). **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. pp.135-154, 2006
- PELÚCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de

- aids. FAPESP, 2009.
- PISCITELLI, Adriana; ALGRANTI, Leila. Re-criando a (categoria) mulher. **Textos didáticos**, v.48, pp.7-42, 2002.
- PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, n.25, pp.07-23, 2005.
- _____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v.11, n.2, 2008.
- _____. Gênero: a história de um conceito. In ALMEIDA, Heloisa B.; SZWAKO, José E. (orgs.) **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009.
- _____. Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da Antropologia Feminista. **Cuadernos de antropología social**, n.36, pp.11-31, 2012.
- _____. **Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo**. Rio de Janeiro: RJ. EdUERJ, 2013.
- _____. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas—novas questões conceituais. **Cadernos Pagu**, n.47, 2016.
- PRECIADO, Paul B. *Uma escola para Alan*. **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <http://transfeminismo.com/uma-escola-para-alan/> >>. 2017.
- RAMÍREZ, B. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista com Viviane Vergueiro. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (III)**, pp.15-21. Disponível em: << <http://iberoamericasocial.com/colonialidade-e-cis-normatividade-conversando-com-viviane-vergueiro> >>.
- RUBIN, Gayle. **The “political economy” of sex. Feminist Anthropology: a reader**. Oxford: Blackwell, pp.87, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth IB; COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Rearticulando gênero e classe social**. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, pp.183-215, 1992.
- _____. **Violencia de genero: poder e impotencia**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SANDER, Vanessa Serra. **Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões *on-line* de tensões. **Pensamento Plural**, n.17, pp.129-150, 2016.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, jul/dez, 1990.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.2, pp.72-81, 2000.

- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.43, pp.25-34, 2000.
- STONE, Sandy. The Empire Strikes Back: A Post transsexual Manifesto. In: STRYKER, S.; WHITTLE, S. **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.
- TAVARES, A. G. C.. Prostituição como ocupação: Complexificando o debate. In: Eliane Gonçalves; Maria Lúcia Vannuchi; Tania Ludmila Dias Tosta. (Org.). **Iguais? Gênero, Trabalho e Lutas Sociais**. v. 1, Goiânia: Editora-PUC-GO, pp.01-450. 2014.
- TAVARES, Aline Godoi de Castro. **A organização da zona: notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas-SP**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- TEDESCO, Leticia da Luz. **Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre/RS**. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- TEIXEIRA, Flávia. **Dispositivos de dor: saberes poderes que (con) formam as transexualidades**. São Paulo: Annablume-FAPESP, 2013.
- UNIVERSITAG. Unicamp adere ao nome social. Disponível em: << <https://universitag.wordpress.com/2013/05/21/unicamp-adere-ao-nome-social/> >>.
- VENCO, Selma. **As engrenagens do telemarketing: vida e trabalho na contemporaneidade**. Editora Arte Escrita, 2009.
- VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- VIANNA, Adriana. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais.” In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa - FAPERJ. pp.43-70. 2014.
- VIEIRA, I; PÔSSA, N. **Candidatas transexuais reclamam de preconceito durante prova do Enem**. Disponível em: << <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/10/candidatas-reclamam-de-preconceito-durante-prova-do-enem> >>. 2015.
- VIEIRA, Tereza Rodrigues. “Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transsexual. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (orgs). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA. pp.211-224. 2014.

LEIS E NORMAS

BRASIL. Decreto Nº 8.727 de 28 de abril de 2016. Dispõe o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm

SÃO PAULO. Decreto Nº 55.588 de 17 de março de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal de pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>

PROJETO DE LEI “João Nery” Lei de Identidade de Gênero. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446